

# Programa de Governo Participativo

2021 a 2024

Coligação  
**A Conquista do Futuro**  
(PT, PCDOB, PSB, PDT E PL)  
Vitória da Conquista - Bahia

PREFEITO

**Zé Raimundo** 13

VICE LUCIANA OLIVEIRA

Programa  
**de Governo**  
Participativo

2021 a 2024



# Mensagem ao povo conquistense

Amigos e Amigas,

Após longa reflexão e muitas discussões entre dirigentes, militantes, filiados e lideranças sociais, inicialmente do Partido dos Trabalhadores, e, depois, dos partidos que compõem a coligação A Conquista do Futuro (PCdoB, PSB, PDT e PL) aceitamos a honrosa missão de nos candidatar para as eleições majoritárias de 2020 do município de vitória da conquista.

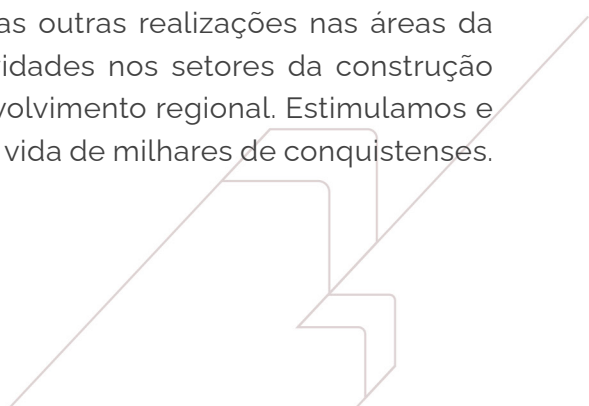
E enquanto candidatos a prefeito e vice-prefeita, apresentamos os compromissos que assumimos com o povo de Vitória da Conquista, expressos nas propostas de projetos, planos e ações que integram as diretrizes do presente programa de governo.

As diretrizes que propomos são resultados de consultas que fizemos nas atividades remotas do Programa de Governo Participativo – PGP, por meio das redes sociais.

Recebemos, ainda, de muitos cidadãos que responderam a questionários temáticos, sugestões sobre questões relevantes de seus cotidianos e problemas vivenciados em suas diversas atividades. Também os partidos aliados apresentaram idéias e propostas que foram incorporadas nas linhas gerais do programa de governo.

Os compromissos e diretrizes aqui firmadas não serão palavras vãs, jogadas ao vento; não são promessas eleitoreiras proferidas em microfones de rádio, ou em redes sociais, para enganar o eleitor; já demonstramos isso no passado.

Quando governamos o nosso município nos comportamos com ética e respeito aos recursos públicos. Dirigimos a cidade ouvindo e dialogando com todos os cidadãos, respeitando a diversidade de idéias e aspirações dos diversos grupos socioeconômicos. Implantamos vários programas nas áreas da saúde e educação, de inclusão social, cuidando de crianças, adolescentes, jovens e idosos; de habitação popular, de recursos hídricos, de saneamento básico e de apoio à agricultura familiar e à zona rural, de infraestrutura e mobilidade urbana, entre tantas outras realizações nas áreas da cultura, esporte e lazer e meio ambiente. Estimulamos as atividades nos setores da construção civil, serviços e comércio, tornando a cidade um polo de desenvolvimento regional. Estimulamos e contribuimos para a geração de emprego e renda, melhorando a vida de milhares de conquistenses.





Essas referências passadas nos ajudarão entender a situação do presente e mirar o futuro, que nos espera aguardando novos desafios e inovações no trato da coisa pública e nos cuidados com a vida das pessoas.

Estamos vivendo um momento extremamente difícil da sociedade brasileira, que experimenta uma profunda crise econômica, social e política, agravada pela pandemia do COVID-19, colocando em risco a vida de milhares de brasileiros.

Além disso, outras decisões que o governo federal vem tomando tendem a piorar a situação, com aumento da recessão, do desemprego, de falências de empresas; da pobreza e das desigualdades entre ricos e pobres. Não fossem as leis aprovadas pelo Congresso Nacional e o comportamento de governadores, o país já estaria em meio a um verdadeiro caos social.

O que vem acontecendo em nosso município não é diferente. Muita coisa foi desorganizada. A zona rural foi abandonada; o sistema de transporte coletivo destruído; a saúde, a educação e os programas sociais precarizados; os servidores públicos desrespeitados e a falta de transparência é notória em muitos atos do poder executivo.

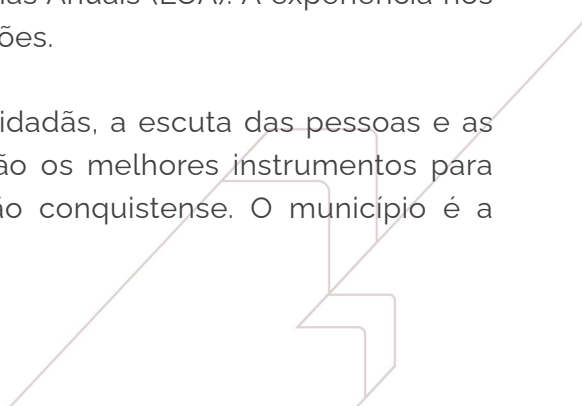
Sabemos dos grandes desafios que temos pela frente, mas também sabemos que enfrentá-los e vencê-los é ajudar positivamente na vida das mulheres e dos homens, dos idosos e dos jovens, das crianças e daqueles que ainda irão nascer.

Temos a convicção que o poder público, a Prefeitura, tem a obrigação de governar para todos, mas, principalmente para aquelas e aqueles que precisam das ações e serviços executados pelos governos, especialmente pelo Município.

Nesta batalha não estaremos sós. Mesmo com tanta gente sofrendo, taciturna, triste, é preciso encarar o tempo presente, a realidade, com esperança, fé e firmeza, sobretudo com união de todos que queiram construir um futuro com mais justiça e igualdade. Juntos, retomaremos os caminhos que já percorremos e seremos capazes de refazer novos momentos de trabalho, de inovações e de realização em benefício de todos.

Reafirmamos o compromisso de continuar ouvindo e refletindo com toda a sociedade sobre os melhores caminhos para a reconstrução e inovação da gestão municipal, especialmente quando da elaboração do Plano Plurianual (PPA) e das Leis Orçamentárias Anuais (LOA). A experiência nos ensina que não é sozinho que se governa ou se dirigem instituições.

A participação popular, o controle social dos cidadãos e das cidadãs, a escuta das pessoas e as parcerias com os setores empresariais e da sociedade civil são os melhores instrumentos para identificar e encaminhar os mais justos desejos da população conquistense. O município é a





célula mínima do poder político e nele devem começar os princípios democráticos, a legalidade, a transparência das instituições e a busca da justiça equilíbrio social como premissas na tomada de decisões.

Vamos retomar as práticas de participação social através dos instrumentos que criamos e soubemos utilizar tão bem com a ajuda da população, como os conselhos, conferências e debates públicos, abertos aos diversos setores da sociedade. E sempre contando com parceiros importantes da zona rural e urbana, para definição de prioridades, metas e objetivos na perspectiva de atendimento de aspirações e resolução dos problemas vivenciados pela maioria da população. Atenção especial será dedicada à infraestrutura urbana, à mobilidade, ao transporte público, às estradas vicinais, ao abastecimento de água, e serviços públicos. Vamos retomara prática da reflexão e descortinar novos horizontes para a Educação; implementar alternativas para ampliar agilizar a assistência à saúde, tanto na atenção primária quanto na especializada; Reorganizaremos e reforçaremos os mecanismos da assistência social, de proteção dos direitos humanos e cuidados com as pessoas em situação de vulnerabilidade social, do idoso, da criança e do adolescente; implementaremos estratégias especiais de combate a todas formas de violência, discriminação e preconceitos de raça, gênero, religião e orientação sexual. Ações nas áreas de cultura, esporte e lazer serão pensadas de maneira a envolver um conjunto de atividades, também voltadas para a geração de ocupação e renda.

Mas caminhos se fazem ao caminhar. Este é um momento que vai exigir de todos nós muito esforço, sensibilidade, e, principalmente, trabalho e discernimento para compreender os novos tempos, os novos modos de fazer e de agir das pessoas, das novas formas de convivência e condições de vida e trabalho da grande maioria dos conquistenses. Com certeza, assim, seremos capazes de aprender melhor nos comunicarmos e nos solidarizarmos socialmente.

Os proponentes dessas diretrizes, junto com os partidos da nossa coligação, e muitos dos nossos apoiadores, têm suas trajetórias de vida dedicadas à construção de um município do qual todos podem se orgulhar. Mais uma vez, juntos, poderemos (re)constituir um grande projeto de inovação para esta querida cidade, a nossa jóia do sertão baiano. Já diziam os mais velhos que as árvores só crescem para onde apontam os seus galhos. Vamos sonhar, lutando para realizar nossos sonhos, vamos de mãos dadas. O nosso futuro dependerá da escolha que fizermos no presente.

**José Raimundo Fontes**

**Luciana Oliveira Pereria**

**25 de Setembro de 2020, Vitória da Conquista – Bahia – Brasil**



# SUMÁRIO

|                                                                         |    |
|-------------------------------------------------------------------------|----|
| Apresentação: Metodologia Participativa na Construção do PGP 2020 ..... | 7  |
| Temática1: Administração Pública Planejada. ....                        | 9  |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 1 .....                          | 10 |
| Temática 2: Infraestrutura .....                                        | 14 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 2 .....                          | 14 |
| Temática 3: Serviços Públicos.....                                      | 16 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 3 .....                          | 16 |
| Temática 4: Desenvolvimento Rural e Agricultura .....                   | 19 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 4 .....                          | 20 |
| Temática 5: Educação .....                                              | 24 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 5 .....                          | 25 |
| Temática 6: Saúde .....                                                 | 28 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 6 .....                          | 29 |
| Temática 7: Economia, Trabalho e Renda .....                            | 31 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 7 .....                          | 32 |
| Temática 8: Meio Ambiente e Sustentabilidade .....                      | 35 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 8 .....                          | 36 |
| Temática 9: Direitos Humanos e Desenvolvimento Social .....             | 38 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 9 .....                          | 39 |
| Temática 10: Esporte e Lazer .....                                      | 41 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 10 .....                         | 42 |
| Temática 11: Cultura e Turismo .....                                    | 46 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 11 .....                         | 48 |
| Temática 12: Projetos e Ações Estratégicas .....                        | 51 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 12 .....                         | 51 |
| Temática 13: Transporte Público e Mobilidade .....                      | 54 |
| Propostas e Diretrizes para a Temática 13 .....                         | 54 |

# Apresentação

## METODOLOGIA PARTICIPATIVA NA CONSTRUÇÃO DO PGP 2020

No processo de consulta à sociedade foi livre a manifestação de temas, assuntos, conteúdos, idéias e propostas por parte dos participantes no espaço coletivo, efetivada por meio virtual e por sondagem com respostas escritas, preenchimento de formulários virtuais, etc. Os participantes dos encontros coletivos e as pessoas individualmente consultadas explicitaram as suas opiniões, sugestões, desejos e reivindicações seguindo uma ordenação prévia dos grupos temáticos.

Foram listados treze temas que tiveram a atenção inicial dos grupos de trabalho no sentido de proceder a levantamentos e organização de dados, estatísticas e indicadores sobre os temas e conteúdos, que se traduzem em atividades e ações executadas em grande parte pelos diversos organismos que compõem a estrutura da administração municipal. No processo participativo, foram identificados e aludidos temas que extrapolam a função do poder local, mas dos quais o alcance exigirá um protagonismo do gestor municipal junto a outras esferas de governos para a sua concretização. Daí a sugestão da nomenclatura de projetos e ações estratégicas ou ainda, o arrolamento de dimensões subjetivas que venham a se constituir em valores e princípios na condução da administração municipal.

Conforme a Figura 1, as proposições para o PGP chegaram a partir da internet (i), pelo site [HYPERLINK "http://pgpconquista.com.br/pgp/"](http://pgpconquista.com.br/pgp/), e também de um intenso debate pelos grupos de whatsapp, de valiosas contribuições dos Programas Partidários (ii), do envolvimento qualitativo dos Grupos Setoriais Temáticos, pelas LIVES TEMÁTICAS DO PGP e Reuniões Virtuais (iii), incluindo a opinião de inúmeros estudiosos, além de militantes, gestores de todas as áreas das políticas públicas (iv), mobilizando, debatendo e escutando proposições, para consolidar a construção do PGP2020.





FIGURA 1: FLUXO DE ENTRADA DE PROPOSTA DA SOCIEDADE PARA CONSTRUÇÃO DO PGP 2020

Os grupos de trabalho (GTs) temáticos incorporaram dirigentes, militantes e apoiadores das diversas representações políticas e de ativistas para sistematização, análise e compreensão da realidade municipal contribuindo para a elaboração do plano de governo. Nesta dimensão, os GTs tiveram como tarefa essencial organizar e compreender os dados e indicadores mais expressivos que caracterizam os vários aspectos do nosso município, expressando-os em conteúdos e linhas de ações programáticas para um possível governo do PT com os partidos aliados nos próximos anos. Os GT's se constituíram em um espaço transitório de organização e mobilização coletiva, na fase de pré-campanha, para difundir planos e proposições sobre a cidade.

A maneira de funcionamento dos grupos foi adaptada à composição, à disposição e aos ritmos de seus membros. Necessariamente se estruturou com uma coordenação geral, responsável pela sistematização e redação dos documentos recebidos dos setoriais temáticos após consulta à sociedade. Também foram formadas diversas comissões com a finalidade de assegurar o cumprimento das tarefas e atividades específicas, principalmente no que diz respeito à mobilização de ativistas e outros colaboradores que deram suas opiniões.

Em termos operacionais, os grupos de trabalho temáticos se responsabilizaram, planejaram e executaram as atividades e procedimentos que produziram um diagnóstico com base em indicadores sistematizados sobre os diversos aspectos da realidade. O PGP consultou e mobilizou ativistas, simpatizantes e pessoas para a reflexão sobre os temas discutidos, elaborando um esboço do programa de governo.



# Temática 1

## ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA PLANEJADA

O período de governo e administração municipal que se inicia no próximo ano será influenciado fortemente pelas condições de crise econômica, de dificuldades das finanças públicas, de instabilidade institucional e do agravamento da situação de vida de amplos contingentes da população brasileira, com altos índices de desemprego, de pobreza, de redução de programas de assistência e promoção social

Na verdade, vivemos um momento extremamente crítico do país cujas consequências negativas só fizeram aumentar com a pandemia do COVID-19, mas não só por isso, pois a tendência predominante desde a ascensão do governo Temer foi a de destruição de conquistas de direitos e benefícios, especialmente, de projetos e programas sociais do governo federal criados, ampliados e consolidados no transcorrer dos anos entre 2003 e 2014, quando o país foi dirigido por uma coalização partidária liderada pelo Partido dos Trabalhadores.

No bojo dessa crise, voltou à tona o debate sobre o papel do Estado, isto é, das instituições e órgãos públicos de suas relações com a sociedade. Na verdade, é a continuidade, com novas nuances, das propostas conflitantes entre uma concepção de Estado organizador, regulador e indutor da vida econômico-social e a orientação que defende o estado mínimo, baseada em fundamentos do pensamento liberal. Esse é um velho antagonismo que se arrasta ao longo da segunda metade do século XX, tendo as teses liberais predominado em algumas conjunturas e refluído em outras. Esse movimento pendular pode ser observado no Brasil desde a redemocratização do país com os períodos dos governos neoliberais de Collor, FHC e as gestões de Lula e Dilma, que retomaram a orientação política de centralidade do Estado na organização da nação.

Todavia, o caminho do projeto político de consolidação de um estado regulador, interventor na vida econômica e promotor do bem estar social foi interrompido pelo Golpe contra a presidente Dilma e ascensão de Temer e Bolsonaro, que abrem novamente uma fase de contenção e de renúncia da função indutora e organizadora de processos econômicos e sociais, reimplementando práticas neoliberais e desconstrução de políticas públicas. A partir de então, o golpe mostrou a sua verdadeira face, desmontando a agenda do modelo de desenvolvimento nacional, do fortalecimento do mercado interno, de distribuição de renda e de políticas públicas promotoras de inclusão social. Ou seja, foi o retorno dos discursos e práticas privatistas e neoliberais negadoras da proeminência estatal na vida econômica e social.

Em meio à crise econômica, política e social que estamos experimentando a pandemia acentua e agrava as desigualdades sociais, a concentração de riqueza, a fragmentação e marginalização sociais, sinalizando para um tempo caracterizado por muitas incertezas em todos os níveis da sociedade. E tudo indica que essas tendências não serão atenuadas em curto prazo, pois as orientações do governo federal vão em direção à redução das funções do Estado e ênfase em princípios do mercado, com claras decisões de cortes de políticas públicas e programas sociais até então executados de forma compartilhada com os entes federativos. Esse cenário será desafiador e exigirá uma forte energia política para implementar revisões e inovações de estratégias de organização do poder local e suas relações com a sociedade. Neste ambiente é pedagógico o resgate da experiência dos anos dos governos participativo e de outras gestões bem sucedidas, tomando-as como referência, dialogando com a realidade desses novos tempos e buscando introduzir métodos e mecanismos inovadores nas formas, nos conteúdos e no modo de funcionamento dos diversos organismos da administração municipal.

Em nossas experiências já demonstramos a importância de adoção de métodos e decisões para implementar a eficiência de gestão administrativa, financeira e fiscal, com a participação organizada da população orientando e propondo a aplicação de recursos e de políticas públicas e sociais, de modo a estimular e fortalecer o exercício da cidadania. Nesse sentido é imperativo pensar a gestão pública, reestruturar e modernizar a ação governamental para assegurar mais efetividade nos resultados das diversas atividades do governo.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 1

1. O modelo de gestão que propomos tem como missão principal cuidar de pessoas, proteger a vida, garantir direitos e promover melhores condições de vida para a maioria da população, possibilitando amplo espaço de participação e controle social no processo de definição de programas, atividades e metas que garantam a manutenção e a permanente construção de um município ambientalmente sustentável e justo socialmente. Para isso:

- A elaboração e a execução das políticas públicas terão como premissas a integração entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes "territórios", regiões, zonas, bairros, distritos e povoados, considerando suas necessidades, prioridades e urgências específicas.

2. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo aos servidores a compreensão e seu engajamento aos objetivos do governo para atender à sociedade. Manteremos sempre em abertos canais de diálogo com as entidades sindicais e categorias diversas do funcionalismo, agindo sempre de modo democrático e transparente, tendo como meta maior o bem comum da sociedade e a satisfação profissional dos servidores;

3. Tomaremos medidas para fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura, com a valorização dos servidores. Instituiremos a sistemática de elaboração de programas de capacitação, qualificação, treinamento, avaliação de planos de cargos, funções, direitos, vencimentos e desempenho individual e coletivo, conforme as especificidades de cada categoria profissional e de suas competências. Nessa linha:

- Definiremos política de gestão do trabalho visando a valorização dos trabalhadores, garantindo condições salariais adequadas, ascensão profissional segundo planos de carreira, democratização das relações de trabalho, por meio de negociações com entidades representativas dos trabalhadores em instâncias para acompanhamento da situação econômico-financeira e de negociações de padrões para benefícios e vantagens;

4. Vamos fortalecer e reformular os Conselhos e Conferências Municipais enquanto instâncias de participação democrática da população, reunindo representantes da Prefeitura e sociedade civil, com a função de formular e controlar a execução das políticas públicas de cada setor, incluindo cotas de gênero em todos os conselhos e a criação de fóruns de representantes distritais;

5. Realizaremos parcerias com diferentes agentes de natureza pública e privada para viabilizar e ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores, tornando mais eficiente a execução de políticas e programas sob a responsabilidade do poder local, especialmente no que se refere a concessões, contratos, co-participação e convênios de cooperação, garantindo a observância das normas legais e qualidade dos serviços prestados;

6. Propomos novas modalidades de relações jurídico-institucionais com a sociedade civil organizada e de empreendedores individuais e/ou constituídos como pessoa jurídica, para o estabelecimento de parecerias para execução de programas, atividades e ações de prestação de serviços públicos e assistência social, notadamente na área do esporte, lazer, cultura, geração de emprego e renda e apoio à população em situação de vulnerabilidade social;

7. O governo será intransigente e firme no combate a quaisquer formas de desvios de condutas éticas e que impliquem em desvios e prejuízos do interesse e recursos públicos, enfrentando esse comportamento de maus hábitos incrustados nas instituições estatais na moral de muitos segmentos da sociedade e da política brasileira;

8. Retomaremos, de maneira ampliada e renovada, os diversos instrumentos e instâncias garantidoras de participação, acompanhamento e controle social, fortalecendo os conselhos, fóruns, conferências e plenárias para consulta e prestação de contas dos atos do poder municipal, inclusive de dados públicos, quando pertinentes;

9. Nesse sentido, será preciso reestruturar e dar novas funções à Procuradoria Municipal, à

Ouvidoria Geral do Município, à Auditoria, à Controladoria e demais órgãos afins. Do mesmo modo é preciso centralizar e padronizar os canais de atendimento ao cidadão, facilitando o acesso às informações sobre os serviços públicos, e aperfeiçoar o Portal da Transparência;

10. Vamos implantar programas para ampliar a utilização de ferramentas tecnológicas propiciando o aprimoramento do desempenho da administração pública, introduzindo mecanismos de integração dos sistemas de planejamento, gestão de pessoas e finanças;

11. Introduzir, gradativamente, sistemas digitais integrados de banda larga em toda a rede de atendimento ao público: unidades de saúde, escolas, creches, centros de atenção, e serviços correlatos, inclusive com a possibilidade de serviços de emissão de documentos por via internet, com segurança e eficácia, na prestação de serviços ao cidadão e as cidadãs, integrando em rede as diferentes unidades de serviços localizadas em todo o município. Será necessário:

- Desenvolver métodos e práticas de ações fundadas na intersectorialidade, transversalidade, monitoramento e controle dos resultados articulando os sistemas de planejamento, administração e finanças;

- Tornar o cidadão o foco central da nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento ações de com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet;

- Promover estudos visando a implantação e regulamentação gradativa de atividades funcionais em Home Office e on-line, em parceria com a câmara municipal, objetivando a informatização dos processos e procedimentos, de forma a ampliar com segurança e efetividade, a possibilidade das atividades;

- Avançar para um Governo Digital com a adoção de tecnologias na prestação de serviços públicos municipais;

- Aplicar bases de dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos, especialmente em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, vigilância patrimonial, entre outras atividades;

12. Orientar medidas de política fiscal e financeira a partir da discussão pública para a definição de ações institucionais e operacionais, que garantam a progressividade fiscal no âmbito dos impostos municipais, com base no princípio de que os mais ricos e de maior renda contribuam mais, aqueles que ganham menos contribuam menos e os que nada têm sejam isentos de tributação;

13. Dedicar atenção especial à política de compras e contratação públicas, buscando ampliar e aperfeiçoar os seus procedimentos com a necessária transparência e publicização conforme os marcos legais em vigor:

- Realizar estudos criar medidas para introduzir novas modalidade de parcerias intermunicipais e interfederativas objetivando a prestação de serviços e compras comuns no contexto institucional dos consórcios;

14. Buscar, permanentemente, a qualidade da arrecadação e das despesas públicas adotando mecanismos e instrumentos de todos os gastos e pagamentos, incluindo a folha de pessoal, manutenção e custeio. É fundamental:

- Atualizar as normas e políticas fiscais e tributárias, além, da fiscalização tributária para fins de justiça social;
- Retomar o processo de modernização da fiscalização tributária, ampliando a precisão na atuação dos agentes fiscalizadores;
- Criar programa de diagnóstico, controle, fiscalização e avaliação da situação legal e socioeconômica da gestão de ativos imobiliários dos entes estatais e de modo especial os pertencentes ao município.

15. Fortalecer e introduzir novas formas de valorização e participação de políticas de gênero, avaliando e aprimorando o modelo do planejamento da gestão municipal, dando-lhe o caráter de transversalidade e integração de programas e ações, com recortes, quando couber, nas dimensões espaciais, socioeconômicas, de gênero, etário e étnico e de outras situações específicas. Nesta linha:

- Ampliar e fortalecer as estruturas de formulação e gestão de políticas públicas para as mulheres na perspectiva de se constituírem em organismos impulsionadores e articuladores de programas, projetos e atividades, incluindo o fortalecimento do Conselho Municipal de Defesa dos Direitos das Mulheres e a defesa de cotas em outros conselhos;
- Criar instância Operativa de Gênero, com representação das várias secretarias e conselhos, com base nos princípios da universalidade, integralidade e laicidade, para adotar transversalidade e perspectiva de gênero nas políticas municipais por iniciativa da Prefeitura, contribuindo para integrar e otimizar as ações das diversas áreas;

16. Realizar estudos e propor novos marcos regulatórios, no âmbito da competência municipal, para desburocratizar e tornar ágil o acesso dos empreendedores aos serviços de habite-se, e aos processos de liberação de alvarás pelo Município para empreendimentos legais e constituição e abertura de empresas, com foco na simplificação e consolidação da legislação;

- Instituir, no âmbito do funcionamento da administração municipal, "o escritório" de análise de projetos arquitetônicos e de engenharia para agilizar a concessão de alvarás de construção, reforma e habite-se.

## Temática 2

# INFRAESTRUTURA

Apesar da crise econômica e social, agravada com a pandemia, que caracteriza a atual conjuntura brasileira, e mesmo com uma gestão que vem desorganizando e desmontando serviços e direitos, sem planejamento, o município de Vitória da Conquista continua possuindo grandes pontecialidades para continuar sendo um grande polo de desenvolvimento regional.

Nas gestões do PT realizamos grandes transformações no município, entre as quais aquelas relativas à infraestrutura e mobilidade urbana, saneamento, limpeza e serviços públicos em geral. Foram muitas as ações e medidas concretizadas nessas duas áreas: Criamos um marco regulatório para concessão e controle do transporte coletivo; implementamos a municipalização do trânsito; criamos novos marcos regulatórios do Plano Diretor Urbano e do Código de Obras; construímos o aterro sanitário; a grande expansão da rede de coleta e tratamento de esgoto; a construção de grandes avenidas e artérias urbanas (Integração-Rio-Bahia, Olívia Flores, Juracy Magalhães, Brumado, Jádriel Matos (J. Valéria, Campinhos-Simão) Perimetral); urbanização integrada de dezenas de bairros; a construção de parques e áreas de lazer e de ciclovias; a pavimentação de corredores de ônibus, de ruas em diversas localidades e das sedes dos distritos, alcançando centenas e centenas de quilômetros; a implantação de programas habitacionais de interesse social municipal e do Minha Casa Minha Vida; a grande expansão da construção civil, com a implantação de Conjuntos Habitacionais, Condomínios e Loteamentos privados; a construção de empreendimentos comerciais, a exemplo dos Shoppings.

Mas a cidade continua dinâmica e exige a retomada de novos projetos, ações e iniciativas para assegurar um crescimento sustentável e melhorias das suas condições de vida para a população, especialmente em decorrência dos desencontros da atual administração, e também das desconstruções institucionais nas áreas do transporte público e na organização do espaço urbano. Nesse sentido precisamos pensar em como equacionar novas soluções para problemas atuais e evitar outros no futuro.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 2

1. Articular esforços e fazer gestões junto aos Governos Estadual e Federal para agilizar o início da duplicação da BR 116, especialmente nos trechos entre a divisa de Minas Gerais e Jequié;
2. Articular junto aos governos federal, estadual e outras fontes, buscando viabilidade e recursos



para construção de viadutos ou outras soluções de engenharia nas rotatórias das intercessões das vias urbanas com as BA's que atravessam a cidade no sentido de Barra do Choça, Itambé e Anagé;

3. Duplicar as avenidas localizadas nas saídas e entradas da cidade, interligando com as BA's 415 (VCAxllhéus) 265 (Barra do Choça) e 262 (Anagé);

4. Realizar estudos e projetos de viabilidade de construção de espaços para recepção, permanência e controle de veículos do transporte intermunicipal complementar e alternativo

5. Concluir a construção da avenida Perimetral, iniciada pela nossa gestão, incluindo o trecho de prolongamento do campus da Ufba em sentido da Av. Getúlio Vargas;

6. Elaborar projeto viário/paisagístico e de lazer, nas marginais do Rio Verruga e na área do Lomantão;

7. Realizar estudos de planejamento urbano visando à implantação de futuras artérias de interligação dos núcleos centrais com sistema viário ampliado do entorno da cidade;

8. Priorizar as ações de pavimentação em corredores de ônibus;

9. Conservar e melhorar as estradas vicinais, especialmente as de ligações entre a cidade e as sedes dos distritos e localidades produtivas e populosas;

10. Recuperação e requalificação do Parque das Bateias;

11. Ampliar a pavimentação e equipamentos de urbanização na sede dos distritos;

12. Implantação da Avenida Marginal do Rio Verruga e do Parque Municipal Príncipe Maximiliano de Wied-Neuwied na área do antigo pinicão.

1. **Maximiliano de Wied-Neuwied** foi um príncipe e naturalista que passou pela região em 1817 e registrou, pela primeira vez, aspectos do antigo arraial que se tornou a cidade de Vitória da Conquista.



## Temática 3

# SERVIÇOS PÚBLICOS

Os serviços públicos municipais são atribuições próprias da Prefeitura, podendo ocorrer diretamente ou ocasionalmente de forma concedida para empresas privadas, com a necessária autorização legislativa e a realização de licitações sob controle legal e também de toda a sociedade. São funções essenciais para a vida cotidiana de todo o município, sendo sua extensão maior na cidade em decorrência da concentração populacional e necessidades humanas requeridas para o funcionamento da sociedade. O transporte coletivo, a iluminação pública, mercados e feiras, a limpeza pública e a coleta de lixo, a fiscalização em geral e a ambiental precisam ser continuamente acompanhados e periodicamente reestruturados.

Em todas essas áreas os governos participativos promoveram substanciais melhorias e avanços, contribuindo de forma visível para a melhoria de qualidade de vida da população. Todavia, é fato que esteja ocorrendo uma verdadeira paralisação no desenvolvimento positivo que vinha ocorrendo na prestação desses serviços pela Prefeitura. É necessário melhorar ainda mais, inverter as prioridades, dirigir a ação governamental e os serviços públicos para quem deles mais precisa, sem esquecer que a população vive no município como um todo e todos merecem serviços de qualidade. Neste núcleo temático, excluiremos o transporte público que merecerá um item específico.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 3

1. Modernizar e ampliar o serviço de iluminação pública. Apesar do avanço ocorrido nos governos anteriores, já está precisando de nova modernização e a substituição das lâmpadas atuais por outras mais eficientes, duradouras. Vamos acompanhar e fiscalizar a operacionalização da TIP aplicar os seus recursos de forma racionalizada buscando eficiência e função social;
2. Analisar e avaliar a concessão e os contratos dos serviços de limpeza visando maior eficiência, melhor relação custo/benefício e racionalização, levando em consideração a expansão da cidade e dos distritos;
3. Elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores;

4. Elaborar diagnóstico, estudos e planos para reorganizar e ampliar a coleta seletiva de lixo, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial. Visando isso:

- Elaborar um plano, com previsão de ações integradas de várias secretárias, para operacionalizar e ampliar a coleta seletiva, inclusive com a participação de catadores e de seus organismos associativistas e a introdução de novas formas de recepção e destinação dos resíduos aproveitáveis;

5. Realizar estudos e instituir programa em parceria com o setor de construção civil, de recolhimento, armazenamento e aproveitamento de entulho e restos de obras de construções, inclusive com a introdução de tecnologias capazes de viabilizar soluções mais práticas e até mesmo ganhos financeiros e preservação do meio ambiente. Buscar arranjos e métodos que permitam o aproveitamento desses resíduos em tecnologias sustentáveis e utilizáveis;

6. Aperfeiçoar e modernizar o sistema de controle e fiscalização da ordem pública, conforme estabelece as normas legais, primando pelo trato civilizado e respeitoso dos direitos do cidadão, mas exercendo o poder para disciplina da vida e para preservação dos interesses coletivos e do bem comum;

7. Avaliar, rever e reformar as normas legais e procedimentos administrativos para agilizar a concessão de alvarás, utilizando ferramentas tecnológicas extensivas dos meios eletrônicos e da informática;

8. A administração precisa cuidar daqueles que ainda vão nascer e até dos que já morreram. Vamos implementar estudos visando a reforma e modernização do cemitério municipal, ampliando sua capacidade seja por meio de soluções internas e/ou ampliá-lo externamente. Também iniciar análises técnicas visando a possibilidade de implantar um crematório, medida que em futuro próximo deverá tornar-se uma alternativa para os que assim desejarem. Também viabilizaremos a construção de um templo mortuário ecumênico, no próprio local ou nas proximidades, onde os familiares possam velar seus entes queridos;

9. Realizar estudos e elaborar projetos de reforma e readequação dos mercados-feiras da Patagonia, do Bairro Brasil e do Alto Maron, dotando-os de edificações e equipamentos funcionais seguindo padrões arquitetônicos apropriados para a comercialização de diferentes produtos. Nessa linha:

- Esses três equipamentos públicos exercem funções essenciais no abastecimento cotidiano da cidade, combinando tanto a comercialização de produtos hortifrutigranjeiros quanto de viveres industrializados e de outras atividades mercantis e de serviços. Cumpre um significativo

papel na dinâmica socioeconômica, estimulando ocupações e fazeres diversos que garantem renda e meio de sustentação de centenas de famílias;

- Para a Patagônia já há projeto e recursos de emenda parlamentar e da CAR, que será a responsável pela execução da obra;

- Para os espaços do Bairro Brasil e do alto maron, propomos a realização de estudos e elaboração de projetos executivos contemplando a reforma física e readequação de funções conforme as tendências predominantes nessas localidades, ressaltando a importância estratégica que assumem em seus respectivos contextos;

- Essa proposta de reforma levará em consideração aspectos urbanísticos, arquitetônicos, higienização e ambientes de convivência social e cultural, devendo ser concebido como espaços de interação da vida coletiva;

10. Além de ações de melhorias e adequações nas instalações da Feira-CEASA, o poder público promoverá intervenções em outros espaços nos quais as atividades comerciais possuam características de feiras livres não permanentes e funcionem de formas improvisadas e inadequadas, objetivando à sua adequação a tais finalidades, quando o interesse social e econômico assim justificar. É importante registrar que:

- Existem feiras recentes em vias de implantação e oficialização na Urbis VI, Urbis V e na Vila América. Nesses casos, o planejamento deve guiar-se pelas condições preliminares e atender as necessidades dos comerciantes e dos moradores locais;

11. Implantar o Centro de Distribuição e Comercialização da Produção da Agricultura Familiar na área pertencente à Prefeitura nas proximidades do Anel Viário;

12. Conceber planos especiais para conservação e limpeza de logradouros, praças e jardins e também de paisagismo urbano com o objetivo de ampliar a sua ocorrência, inclusive nos distritos. As ações desses serviços serão implementadas de forma multisetorial e operacionalizadas por diversas secretarias;

13. Promover diagnóstico, cadastramento e planos de monitoramento de todos os loteamentos de chacaras e lotes residenciais em todo o território do município, analisando os aspectos legais e os seus impactos sócioambientais para o conjunto da sociedade, identificando, também, as futuras implicações de exigências de serviços públicos;

14. Acompanhar e fiscalizar o cumprimento das metas do contrato programa da concessão dos serviços de saneamento à embasa de modo a garantir a oferta de água potável a totalidade da população, residentes nas sedes dos distritos, povoados e comunidade rurais. Nessa linha:

- Ampliar a coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana extensiva aos distritos.

## Temática 4

# DESENVOLVIMENTO RURAL E AGRICULTURA

Dos cerca de 360 mil habitantes do nosso município, aproximadamente 68 mil pessoas residem na Zona Rural, incluindo os moradores das sedes dos distritos e do entorno da cidade, que para o IBGE, são habitantes do meio urbano.

Nos governos participativos foi estabelecido um novo modo de relacionamento entre o poder municipal e as comunidades rurais, seja no sentido de ouvir e debater com a população seus problemas, seja em atender, gradativamente, às suas demandas buscando construir uma cultura de cidadania. No transcorrer desses anos, inúmeros serviços foram ofertados e um conjunto de ações contribuíram para transformar radicalmente o nosso interior. Onde só havia o ensino fundamental II em três distritos, com um índice elevado de evasão, pela ausência de transporte escolar, hoje há a universalização da 1º ao 9º ano e com garantia de transporte para alunos e professores, além do ensino médio patrocinado pelo Governo Estadual. Da mesa forma, em relação à saúde: temos em funcionamento 17 equipes de saúde da família, com unidades básicas em todos os distritos e quase 70 postos, localizados em comunidades menores e mais distantes. Dentre tantas outras intervenções do poder público, citemos apenas algumas com efeitos visíveis na qualidade de vida do povo, sejam as promovidas diretamente pela Prefeitura, sejam as executadas em parceria com o governo federal, a exemplo da manutenção das estradas vicinais, construção e limpeza de aguadas, de médias e grandes barragens, do Luz Para Todos, do Água para Todos (destacando aqui a construção de quase cinco mil cisternas de consumo e de centenas de tecnologias sociais, sistemas simplificados e extensão de rede da Embasa), pavimentações em distritos, do PRONAF, projetos de apoio à inclusão sócio produtiva da agricultura familiar, de assistência técnica e extensão rural, do PAA e PA Leite.

Todavia, nos últimos 4 anos houve um grande retrocesso. A nossa zona rural foi esquecida e abandonada pela Prefeitura e os programas do Governo Federal vêm sendo desconstruídos, embora alguns ainda estejam em vigor. Aliás, o que ainda há de positivo deve-se aos governos de Lula e Dilma e às ações do Governo do Estado.

Nessas circunstâncias, os desafios não serão poucos para retomarmos ações e programas que resultem no atendimento de necessidades e demandas dos moradores do interior do município. As diretrizes que propomos abrange um conjunto de situações que ao longo dos próximos anos iremos implementar, gradativa e de acordo com as condições financeiras e parcerias institucionais

com os diversos atores público e da sociedade civil. Algumas dessas ações também estão presentes em outros eixos temáticos e as repetimos aqui para efeito pedagógico.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 4

1. Produção de água, programa de proteção e recuperação das nascentes: desenvolver estudos para localização das nascentes, visando sua preservação e ou recuperação;
2. Segurança alimentar e nutricional, Quintais Produtivos: incentivar a implantação de Quintais Produtivos para atender parte da demanda de auto-alimentação, bem como geração de excedentes para comercialização e a consequente geração de renda;
3. Reflorestamento Rural: reflorestar as áreas de encostas, topo de morros, áreas com topografia acidentadas bem como áreas abandonadas e subaproveitadas, utilizando espécies nativas diversificadas para reflorestar as propriedades, parcial ou totalmente;
4. Implantação de viveiros para produção de mudas diversas: implantação de viveiros nas sedes dos distritos e povoados para produção de mudas de espécies nativas e exóticas para reflorestar e desenvolver projetos produtivos inovadores bem como ofertar mudas para arborização das sedes dos distritos e povoados;
5. Execução de micro zoneamento agrícola: zonear o município de Vitória da Conquista, para indicação técnica de desenvolvimento da agropecuária, de forma apropriada e segura para aplicação de tecnologias viáveis economicamente, socialmente e ambientalmente;
6. Programa de Regularização Fundiária: estimular, apoiar e promover, gradativamente a, regularização fundiária das cerca de 8 mil propriedades rurais, com emissão de título de domínio, através de convênios com o Estado e/ou iniciativa do município, em conformidade com a legislação vigente;
7. Estimulo ao acesso às políticas públicas: estimular os produtores rurais familiares a participarem das políticas públicas para o setor agropecuário, como PRONAF, PAA, e demais Editais a nível municipal, estadual e federal, através de atuação direta das equipes técnicas na elaboração de projetos de investimentos produtivos, emissão de DAPs (declaração de aptidão para o PRONAF) organização documental das associações e cooperativas, estímulos aos produtores para melhoria dos produtos adequando as exigências de cada programa;
8. Comercialização direta com os consumidores: promover aproximação entre produtores e consumidores, estimulando e promovendo condições para os produtores comercializarem seus produtos diretamente com os consumidores, reservando espaços específicos nas feiras livres,



acesso à divulgação por redes sociais e sistemas de compras online, bem como orientando suas organizações (associações e cooperativas) a participarem das comercializações com o setor público;

9. Aperfeiçoamento do SIM (Serviço de Inspeção municipal): aperfeiçoar o Sistema de Inspeção Municipal, visando a melhoria da qualidade dos produtos locais, para melhorar a competitividade dos produtos do meio rural, através das equipes técnicas, orientando a produção, a industrialização dos produtos, aplicando normas técnicas, com identificação de produtores e produtos para garantir qualidade e segurança para os consumidores;

10. Agroindústria rural: implantar programas de estímulo à agroindustrialização no meio rural, para aproveitamento dos produtos regionais, visando a valorização dos produtos locais, através do Serviço de Inspeção Municipal, de equipes técnicas, orientando os produtores à processar seus produtos, de forma adequada, para ocupar os espaços no mercado local e regional, ampliando as oportunidades no meio rural;

11. Apoio à produção agrícola/Mecanização: ampliar o apoio aos pequenos produtores, com oferta de serviços de preparo dos solos (aração e gradagem) nas propriedades visando o aumento da produção e produtividade e a diversificação de culturas, constituindo equipes, com equipamentos nas sedes dos distritos e povoados de maior porte, para executar os serviços em tempo hábil, permitido plantios adequados e aproveitamento das chuvas;

12. Plano permanente de manutenção das estradas/Abertura de novas vias vicinais: formular plano de manutenção das estradas no meio rural, com serviços de terraplanagem e encascalhamento, assim como abertura de novas estradas para atender as necessidades da população rural, disponibilizando máquinas e equipamentos, contratando pessoal e técnicos especializados para executar a manutenção das estradas bem como para abertura de estradas vicinais;

13. Empreendedorismo no meio rural: Incentivar as famílias a desenvolverem novas atividades utilizando tecnologias modernas, ampliando e otimizando investimentos, visando ocupar espaços no mercado local e regional, valorizando a economia rural, através das equipes técnicas e estudos de mercados, identificando oportunidades de investimentos e negócios, buscando e apresentando soluções viáveis economicamente, seguras juridicamente e sustentáveis ambientalmente;

14. Capacitação atores sociais atividades diversas: desenvolver programa permanente de capacitação e assistência técnica para regularização e manutenção das micro e pequenas empresas para continuidade das suas atividades, com regularidade, visando o desenvolvimento da região, acompanhamento periódico às micro e pequenas empresas, orientando e capacitando empresários para o cumprimento das normas, evitando eventuais autuações e melhorando produtos e serviços ofertados;



- 
15. Implantar ações de Saneamento básico nas sedes dos Distritos e Povoados: avaliar a possibilidade de introdução gradativa e de formas alternativas de ações de saneamento básico;
  16. Arborização das sedes dos Distritos e Povoados: estimular práticas e desenvolver programa de arborização nas sedes dos distritos e povoados;
  17. Geração de energia eólica: realizar gestões junto aos órgãos técnicos especializados dos governos estadual e federal para identificar possíveis localidades com potencial de geração de energia eólica no município;
  18. Mapeamento das fontes de água subterrânea: efetuar estudos, em parceria com órgãos públicos, para localizar fontes de águas subterrâneas;
  19. Água para produção: identificar, dimensionar e disponibilizar água para produção da agricultura sustentável em todo município, visando a produção de culturas compatíveis com os microbiomas da circunscrição municipal;
  20. Ampliação da oferta de água para consumo humano;
  21. Modernização e ampliação da iluminação pública no meio rural, com incentivo à produção de energia solar;
  22. Programa de Inclusão de Mulheres/Representatividade: integrar mulheres de forma efetiva em ações de desenvolvimento no meio rural sem distinção de idade, crenças religiosas, grau de escolaridade, cor da pele e poder aquisitivo, estimulando a sua organização;
  23. Capacitação dos jovens no meio rural: criar programas de incentivo para jovens do meio rural para que possam ter acesso a cursos de formação profissional;
  24. Lazer no meio rural: desenvolver programas de lazer, em parceria com a Secretaria de Esporte e Lazer programa de integração destinado à jovens do meio rural, estimulando o público à participação nas ações promovidas nos povoados e sedes dos Distritos, inclusive com a viabilização da integração com o público urbano;
  25. Saúde no meio rural: ampliar os programas de saúde no meio rural, incluindo o atendimento de consultas e oferta de procedimentos especializados;
  26. Educação no meio rural: retomar modalidades de programas de ensino focados nas especificidades do meio rural e fortalecer as ações que propiciem a ampliação e melhorias das condições de ensino, trabalho e aprendizagem;



- 
27. Estudar e viabilizar ações voltadas para o desenvolvimento da comunicação e telecomunicação no meio rural;
  28. Retomar o estimular e o apoio, em parceria com órgãos estatais e entidades civis, a programas de habitação rural;
  29. Desenvolver ações diversas que contribuir no auxílio de promoção da segurança publica rurais;
  30. Retomar e consolidar atividades e ações direcionadas à assitencia tecnica e organizativas as comunidades rurais;
  31. Incentivo à agricultura familiar através do Programa de Aquisição de Alimentos (PAA) com participação das mulheres rurais e suas organizações entre os fornecedores.
  32. Fortalecimento e ampliação das ações da Secretaria Municipal de Agricultura e Desenvolvimento Rural;
  33. Implantação do Programa Caminhos do Progresso Rural: destinado a permanente manutenção de estradas rurais, aguadas, barragens e cisternas, principalmente para captação de água para consumo humano e para a agricultura, objetivando o aproveitamento dos recursos hídricos oriundos de águas pluviais;
  34. Fortalecimento do associativismo e cooperativismo: buscando unificação dos equipamentos municipais, como tratores, arados, etc, para melhor otimização e atendimento das comunidades de pequenos produtores, buscando a associação e a cooperação de todos;
  35. Programa de melhoria do rebanho e distribuição de sementes de qualidade: capacitar e introduzir inseminação artificial e transferência de embrião especialmente de bovinos, caprinos e suínos, para melhori0061 dos rebanhos. Serão distribuídas sementes de qualidade para o plantio;
  36. Ampliação do número de beneficiados do PAA – Programa de Aquisição de Alimentos: Inter-relacionando com restaurante popular, a merenda escolar e creches municipais;
  37. Estudar a viabilidade de apoio para melhorias dos serviços dos correios no meio rural.

## Temática 5

# EDUCAÇÃO

A rede municipal de ensino hoje composta por cerca de 44 mil alunos, envolvendo as diferentes modalidades, da creche ao 9º ano, localiza-se na vasta zona rural, nas sedes dos distritos, povoados, e na zona urbana, nos diferentes bairros da cidade. Compõe-se de 1.794 mil professores (entre efetivos e contratados) e de um total de 4 mil profissionais que exercem os serviços necessários ao funcionamento das atividades pedagógicas e manutenção das unidades escolares.

A rede municipal de ensino hoje composta por cerca de 44 mil alunos, envolvendo as diferentes modalidades, da creche ao 9º ano, localiza-se na vasta zona rural, nas sedes dos distritos, povoados, e na zona urbana, nos diferentes bairros da cidade. Compõe-se de 1.794 mil professores (entre efetivos e contratados) e de um total de 4 mil profissionais que exercem os serviços necessários ao funcionamento das atividades pedagógicas e manutenção das unidades escolares.

A dinâmica e o perfil da educação municipal têm se modificado ao longo das últimas décadas em decorrência de alguns fatores locais e das conjunturas estadual e nacional.

Entre os fins dos 1990 e meados da década de 2010 foram grandes e profundas as transformações na expansão e organização da rede municipal, impulsionadas, inicialmente, pela decisão política de inversão de prioridades e, em seguida, pelos efeitos positivos do FUNDEF, o que se traduziu no atendimento de reivindicações históricas das camadas populares e da zona rural.

Decisões estratégicas foram implementadas em vários aspectos da realidade educacional. Resgatamos a dignidade dos docentes e demais profissionais da educação e mantivemos intensos diálogos e debates sobre os rumos dos programas e orientações pedagógicos que foram implantados no município. Ampliamos a oferta de vagas e modalidades de ensino, enfrentamos os fenômenos da repetência, evasão e defasagem série/idade.

Nesse período foram criadas classe e unidades escolares de Ensino Fundamental de 5ª a 8ª séries, o antigo Ginásio, em todos os distritos, com garantia de transporte para alunos e professores. Introduzimos modalidades de Educação de adultos, Educação no campo e investimos fortemente na qualificação de professores.

Estruturamos uma ampla rede física de unidades de ensino, creches quadras poliesportivas, e atividades complementares em muitas localidades. Investimos fortemente na qualificação e

valorização profissional com benefícios salariais decorrentes. Melhoramos significativamente os indicadores de desempenho escolar, embora de forma oscilante, segundo a segmentação da rede, e da limitação dos critérios de aferição desses dados, especialmente quando se considera a repercussão geral nas vidas das pessoas.

Todavia muita coisa desandou nos últimos anos, tanto em função das orientações nacionais quanto pelos desacertos da gestão municipal. E para piorar o quadro, as medidas dos últimos 4 anos do governo federal aprofunda a situação de carências sociais de amplas parcelas da população, agravada ainda mais por causa da pandemia e das atitudes da prefeitura, que vira as costas para os profissionais da educação, recusando um debate sinceros e democrático para buscar soluções de médio e longo prazos.

Nesse contexto, para se pensar um futuro melhor para a educação, é preciso estar atento para algumas questões que replicam na modelagem do sistema municipal de ensino.

Com certeza não estamos vivendo em tempos normais de uma forma geral e muito menos na educação. Milhões de crianças, jovens e adultos não estão podendo desenvolver atividades presenciais nas escolas nesse ano de 2020 e ainda não temos segurança do que poderá acontecer no próximo ano, a não ser que se confirme a viabilidade da vacina.

O que se assiste é um verdadeiro desmonte, destruição e improvisação, que se originam em âmbito federal e se alastram nos municípios, especialmente nas gestões que se aliam e se comportam de forma autoritária como o Presidente da República.

Indiscutivelmente, os maiores prejudicados são os estudantes, em especial os que frequentam a rede pública de educação básica, e também os docentes que passam a viver tensões em suas atividades com novas tarefas para desempenharem. Em vitória da Conquista isso está muito claro. Crianças não recebem a alimentação escolar; os professores e professoras tiveram redução salarial e dirigentes sindicais são perseguidos e hostilizados pela administração.

Pensar o futuro da educação no nosso município é pensar em superar desafios e construir novos caminhos para os diversos sujeitos e agentes integrados do sistema de ensino. Nesse horizonte:

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 5

1. Assegurar melhores condições de ensino e aprendizagem nas escolas da rede municipal, valorizando o debate, estudos e a reflexão sobre implantar, ampliar e tornar eficiente práticas capazes de viabilizar o acesso, permanência e ensino-aprendizagem de qualidade;

- 
2. Proporcionar melhores condições de ensino e aprendizagem nas escolas da rede municipal, valorizando o debate, estudos e a reflexão sobre implantar, ampliar e tornar eficiente práticas capazes de viabilizar o acesso, permanência e ensino-aprendizagem de qualidade;
  3. Incorporar de forma protagonista os componentes da comunidade escolar: docentes, estudantes, funcionários, família e lideranças sociais;
  4. Assegurar transparência na aplicação dos recursos do FUNDEB;
  5. Socializar, de forma ativa e participativa, o processo de definição e organização da escola em relação às modalidades de ensino, componentes curriculares e conteúdo das áreas de conhecimento, e disciplinas;
  6. Manter instâncias e fóruns para abordagens de temas e pleitos de caráter profissional e pedagógico, com efetiva participação de representantes das categorias de docentes, de servidores e da sociedade civil organizada;
  7. Instituir ambiente e mecanismos para análise e avaliação periódica da melhor forma de (re) organizar planos de cargos, salários, direitos, vantagens, incentivos e formação e capacitação continuadas, seguido critérios de justiça, equidade, legalidade e condições econômico-financeiras do município;
  8. Viabilizar a estruturação das unidades de ensino, tanto na zona rural quanto na cidade, objetivando dotá-las de condições dignas de práticas pedagógicas, incluindo o suporte material e físico para otimizar a prática do esporte e atividades culturais e a convivência entre estudantes e as comunidades do entorno;
  9. Proporcionar, por vários meios, a implantação de serviços de acesso à internet banda larga como suporte tecnológico para inovação nos métodos de ensino e acesso de plataformas fontes de conhecimento e expressões de Cultura, arte e lazer;
  10. Referente aos fins, seguir os preceitos constitucionais, da LDB e de outros normativos que preceituam uma educação pública tendo por finalidade a difusão de conhecimentos e saberes que compreendam os fenômenos naturais, funcionamento das sociedades, a linguagem, a cultura e, também, prepare para a vida. Ou seja, a educação pública municipal visará a formação humana, de crianças, jovens e adultos, em suas mais diversas dimensões, tendo como missão contribuir para a construção de uma sociedade mais justa, fraterna, sustentável ambientalmente, sem preconceito e discriminação e que respeite a diversidade e individualidade de cada cidadão e cidadã. Pugnamos, pois, por uma educação que abarque os conhecimentos universais, linguagens, humanidades, natureza, iniciação a técnicas, os valores intelectuais, habilidades

práticas, comportamentos solidários, éticos, afetivos, corporais criativos;

11. Estruturar a organização da rede seguindo os fundamentos de uma educação inclusiva, educação de jovens e adultos para a diversidade, educação com arte, e valorização da cultura popular e educação integradora da escola-comunidade;

12. Elaborar projetos e executar eventos periódicos de natureza técnico-científico cultural, no âmbito das unidades escolares, envolvendo especialistas, docentes e estudantes de modo que se constituam em espaços e momentos de produção de conhecimentos e socialização de saberes e práticas culturais para os seus participantes;

13. Elaborar Plano Emergencial para Desenvolver Estratégias de Ensino na pós-pandemia;

14. Apoiar e promover congressos com caráter científico, cultural, artístico e literário como estratégia de estabelecimento de relações com a sociedade regional e nacional.

15. Implementar, gradativamente e de forma seletiva, escola de tempo integral e/ou jornada ampliada, com atividades artísticas, recreativas, e reforço da aprendizagem, tomando como referência a experiência do Programa Conquista Criança.

## Temática 6

# SAÚDE

A crise da pandemia explicitou a importância do poder público para enfrentar os diferentes problemas que já afligiam a maioria da população e que foram agravados, especialmente nas áreas de prevenção e proteção à saúde.

O SUS foi uma das grandes conquistas da Constituição de 1988 patrocinada pelos movimentos sociais e pelo Movimento Sanitário Brasileiro, que há muitas décadas já defendia reformas na política de saúde e adoção de princípios de proteção e assistência à saúde para as grandes massas da população, na linha do Estado de Bem Estar Social e de modelos de socialistas e humanitários. Desde então, o SUS foi gradativamente se fortalecendo em âmbito federal e alcançou o seu ponto mais elevado nos governos liderados pelo PT, quando efetivamente se consolidou enquanto política de Estado. Nesses anos, foram ampliados os serviços da APS (Atenção Primária da Saúde) e da rede especializada de média e alta complexidade, permitindo o acesso do cidadão a serviços como tratamento de câncer, hemodiálise, cirurgias cardíacas, transplantes, UTI adulto, infantil e neonatal, além da criação de Redes de Atenção à Saúde e de programas específicos para o atendimento imediato ao trauma, infarto, AVE, etc.

Entretanto, no transcorrer dos últimos 5 anos o SUS tem recebido profundos ataques em todas as suas estruturas, tanto nas linhas de financiamento, quanto nos programas e diretrizes gerais, especialmente após a emenda 95, que prevê o congelamento orçamentário, e de outras medidas que desorganizam e extinguem programas como o Mais Médicos.

Em Vitória da Conquista, fomos pioneiros, em níveis estadual e nacional, nos fins dos anos de 1990 e início dos anos 2000, na implantação do SUS com o protagonismo do poder local, e nos tornamos referência pela modelagem que imprimimos na implantação de programas e formas de gestão, com ampla mobilização social e padrão técnico nos arranjos institucionais propostos. Foram grandes os esforços para Chegarmos à municipalização plena, processo que teve uma ampla mobilização social e decisão política clara de fortalecer o papel do poder público na gestão do sistema. O resultado ainda está na memória da população e no histórico dos indicadores alcançados na atenção básica e na assistência especializada de média e alta complexidade. Entretanto, nos últimos quatro anos começaram sinalizações de que o sistema precisaria encontrar novas alternativas para solucionar problemas e ampliar serviços. Só que, mais recentemente, a gestão municipal entrou em um verdadeiro colapso e acentuou os gargalos e desafios no funcionamento da rede municipal de saúde.

Neste momento, vivemos um período de sucessivas crises institucionais e políticas, e, com o agravante do estado de pandemia, percebemos que será necessário reorganizar, readequar e, muitas vezes, reconstruir o nosso Sistema de Saúde. Sabemos dos limites e obstáculos a serem superados para melhorar e ampliar serviços e atender melhor à comunidade. Mas não vamos cruzar os braços. Será preciso consertar o que não funciona e ter o compromisso e o dever de fazer o SUS se tornar mais eficiente e qualificado. Vamos retomar e alargar os caminhos que já percorremos com participação, planejamento, acompanhamento e controle, com respeito e dignificação de todos os profissionais do sistema.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 6

1. Promover estudos, elaborar projetos e introduzir amplas e sistemáticas inovações de planejamento e gerenciamento dos fluxos da atenção básica e especializada, informatizando e introduzindo sistemas e plataformas digitais na maior quantidade possível de serviços atividades e ações;
2. Ampliar a cobertura da atenção básica e incluir nas áreas georreferenciadas o atendimento descentralizado de especialidades médicas em território, no atendimento regido pela lógica das necessidades de saúde da população e da organização de Redes de Atenção à Saúde, buscando facilitar e ampliar o acesso;
3. Fortalecer a Atenção Primária à Saúde (APS) para melhorar o cuidado ofertado à população através da ampliação e inovação de ações na atenção primária à saúde;
4. Implantar serviços em unidade especializada a Atenção à Saúde da Mulher, com foco no diagnóstico, tratamento e acompanhamento das patologias de grande prevalência, conforme os indicadores epidemiológicos;
5. Promover o desenvolvimento e aquisição de aplicativos de modo a permitir a aproximação dos cidadãos com os serviços públicos de saúde, bem como, oferecer maior comodidade e autonomia aos usuários, com agilidade de informações e acesso aos serviços no SUS;
6. Dinamizar os métodos de gestão dos serviços da Central de Exames no referente à marcação de procedimentos e consultas por meio da instalação de ferramentas digitais que visem agilizar e controlar todo o processo desta unidade;
7. Revisar as normas do Código Sanitário Municipal e do Sistema de Informação da Vigilância Sanitária, conforme a diretiva supramunicipal e autonomia do poder local. Nessa linha:





- Ampliar as ações da Vigilância em Saúde (Epidemiológica, Ambiental, Sanitária e em Saúde do Trabalhador), fortalecendo as ações de Vigilância Ambiental na sede e zona rural, criando parcerias com a Secretaria do Meio Ambiente no desenvolvimento de ações educativas e preventivas;

8. Articular com o Estado novas formas de cooperação financeira e apoios para os serviços de cirurgias eletivas, urgência e emergência e cofinanciamento para o Hospital Esaú Matos;

9. Realizar estudos para redimensionar a participação do município nas pactuações regionais integradas e no consórcio interfederativo de saúde;

10. Realizar estudos e executar projeto de construção ou adaptação para implantação de uma unidade de cuidados e procedimentos veterinários para animais domésticos, incluindo o controle de zoonoses;

11. Fortalecer o Controle Social, com a dinamização e empoderamento dos Conselhos Locais de Saúde;

12. Planejar, manter e fomentar programas e ações de valorização profissional dos trabalhadores da rede SUS, incluindo padrões remuneratórios e de qualificação do pessoal técnico-administrativo, mediante a permanente e diversificada estratégia de capacitação, de treinamento e práticas visando à humanização e eficácia no atendimento dos cidadãos;

13. Fortalecer e ampliar, em parceria com o Estado, os serviços de atendimento de saúde mental;

14. Criar e oferecer, gradativamente, serviços especializados da saúde do idoso de modo a facilitar o acesso e o diagnóstico precoce de algumas patologias, bem como realizar prevenção primária nesta especialidade;

15. Implantar o Serviço de Atenção a Saúde da população negra, entre eles o atendimento a Anemia Falciforme.

## Temática 7

# ECONOMIA, TRABALHO E RENDA

Partimos do pressuposto de que o processo econômico é um conjunto de atividades que se apropriam e transformam a natureza, gerando bens e serviços, sua distribuição e consumo, seja na forma de valor de uso ou de troca, e resulta de múltiplas relações sociais que os homens estabelecem entre si.

Todas as sociedades humanas, quando organizadas com base em extensa divisão social do trabalho e de trocas, dependem de inúmeras circunstâncias, entre as quais estão as decisões, nos tempos atuais, dos poderes públicos.

É sabido que nas sociedades contemporâneas os entes estatais têm exercido um papel fundamental na organização da vida econômica, pelo poder que detêm tanto regulatório quanto de indução sobre os agentes e mecanismos canalizadores da economia.

Neste particular, é patente que as grandes linhas condicionadoras da dinâmica econômica são de competência do estado nacional, no caso do Brasil o governo federal, dos estados membros e, por último, do município.

Mesmo assim, embora mais limitado, o poder local pode e tem exercido, em muitas conjunturas e situações, uma função significativa para estimular e viabilizar condições para o chamado desenvolvimento econômico.

Conquista acompanhou e ainda hoje observa como os governos participativos contribuíram por este já prolongado ciclo de crescimento e desenvolvimento econômico-social que temos experimentado, a partir de 1997, e intensificado nos últimos anos, especialmente com o advento do Governo Lula-Dilma e Wagner e Rui.

Além de reorganizar a gestão municipal e implantar uma série de programas sociais, com ênfase em saúde e educação, num primeiro momento, e, mais adiante, conseguir atrair significativos investimentos federais para obras de infraestrutura social e urbana, com ênfase em infraestrutura, urbanização, habitação, saneamento, educação superior, etc., o governo participativo tornou-se um efetivo indutor da economia local, claro, contornado pelas políticas públicas federais das quais também nos habilitamos para ser parceiros.

O certo é que durante os governos participativos Vitória da Conquista se manteve entre as cidades de maior dinamismo econômico do Norte e Nordeste, nos aproximando entre as mais

desenvolvidas do Brasil, com indicadores sociais e econômicos sempre crescentes. Mas, em período recente, começou a perder energia e vem decaindo, mas ainda se mantém com muito vigor, principalmente por conta de obras em andamento e recursos deixados pelo governo do PT e pelos investimentos do Governo Estadual.

Para o próximo período, o cenário é desafiador, em decorrência da crise que estamos atravessando, e não só por causa da pandemia, mas por conta de uma gestão confusa e desorganizada.

Na esteira da crise mundial, em todos os lugares, os que vivem do trabalho vêm sendo precarizados, com perdas de direitos, benefícios e condições de vida e da falta de oportunidades para a sobrevivência. Por isso mesmo, as políticas públicas de geração de emprego, renda e riqueza terão a sua importância alargada em decorrência da combinação da crise sanitária com a crise estrutural da economia capitalista, geradora de instabilidade em todos os níveis da sociedade. Em âmbito local, será necessário um grande esforço para incrementar novos mecanismos e práticas capazes de estimular o desenvolvimento da nossa economia de forma sustentável, com inclusão produtiva, mercantil, social.

Nesse contexto, vamos reavaliar e retomar, de forma inovadora, experiências como o Banco do Povo, o cooperativismo a economia solidária, o apoio e parcerias com os setores empresariais na promoção de eventos turísticos e comerciais.

Ademais, de maneira genérica, será indispensável a permanente articulação entre o poder municipal, as representações dos setores empresariais, governo estadual e instituições federais, possibilitando a identificação de potencialidades, de gargalos e soluções para a indução das atividades econômicas. Para tanto, é necessário pensar e agir estrategicamente, com projetos e ações que possam manter um ambiente de retomada e ampliação de atividades em vários setores, como a construção civil, a comercialização de produtos agropecuários, comércio, produção industrial e serviços em geral.

No alcance do poder local, focaremos os projetos e ações no sentido de adotar medidas que visem a potencializar o dinamismo em várias atividades, entre as quais vamos implementar.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 7

1. Articula com as diferentes instituições públicas, privadas, organizações sociais e empreendedores, para o estabelecimento de parcerias na definição de linhas de atuação do poder municipal no estímulo, apoio e promoção de programas e ações de desenvolvimento econômico;
2. Desburocratizar e facilitar os instrumentos legais, em âmbito municipal, para permitir a constituição e abertura de empresas, com foco na simplificação e consolidação da legislação. A Prefeitura irá

investir no uso sistemático de tecnologias para tornar a máquina pública mais fluida e eficiente;

3. Programa de incentivo e apoio ao empreendedorismo de jovens, egressos de instituições educacionais de Conquista, com apoio e/ou em parceria com as demais esferas de governo e das organizações empresariais da nossa cidade;

4. Promover e incentivar arranjos produtivos locais como ferramenta para a inclusão social e a geração de emprego e renda, viabilizando o acesso ao crédito e a capacitação dos atores envolvidos no processo;

5. Estimular, apoiar e articular as redes de cooperação solidária, constituídas por empreendimentos em cadeias e arranjos econômicos territoriais e setoriais de produção, comercialização e consumo solidários;

6. Fortalecer as articulações para a comercialização da produção rural do município, tendo em vista o abastecimento alimentar da população, as compras governamentais para a alimentação escolar e outras, por meio de gestão direta do governo municipal e a ampliação dos pontos de vendas de produtos de qualidade em mercados municipais e em bairros da periferia;

7. Propor e apoiar novas formas equivalentes de trocas para o fomentado comércio justo, sustentável e solidário, incluído o associativismo, o cooperativismo e as feiras livres de diferentes bens comercializáveis;

8. Incentivar a implantação de beneficiamento industrial com ênfase em atividades econômicas locais, no crescimento inclusivo e ambientalmente justo;

9. Apoiar e incentivar o desenvolvimento da Economia Criativa: Fomentar fortalecer o uso de tecnologia;

10. Reformar, modernizar e readequar os mercados e feiras municipais e outros equipamentos públicos de modo a facilitar e fortalecer o comércio local;

11. Articular instituições e apoiar a viabilização de acesso ao crédito para pessoas jovens empreendedores na condição de mulher, negros e negras, povos originários, povos e comunidades tradicionais e agricultores familiares;

12. Apoiar programas para ampliar e aprimorar as ações de qualificação profissional, criando oportunidades para inserção de mulheres e jovens no mercado de trabalho;

13. Realizar gestões e apoiar medidas governamentais para viabilizar mais empreendimentos de natureza logística, inclusive com a participação do estado e demais entes federativos;

14. Retomar o fomento e apoio de Microcrédito Popular e orientado, estabelecendo parcerias com o Banco do Povo e outras instituições congêneres;

15. Incentivar e apoiar a elaboração de Programa de Economia Criativa com a destinação de espaços e apoios para incentivar a geração de Startups, em articulação com instituições públicas e privadas, para provimento de serviços diversos aos negócios e ao empreendedorismo local, regional e nacional;

16. Instituir o fórum (Câmara ou Conselho) consultivo e orientar para discussão e proposição de medidas que possam estimular o favorecimento de um ambiente institucional e normativo propício ao dinamismo econômico e a geração de renda e emprego;

17. Privilegiar, quando possível e quando permitido legalmente, as empresas locais no acesso às compras da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, especialmente as pequenas empresas, pois são absorvedoras de ocupações e geradoras de oportunidades de trabalho e renda;

18. Realizar estudos de viabilidade técnico/legal para instituição de certificação de produtos de origem agropecuário para fortalecer a economia local e regional, por iniciativa do governo municipal ou em parceria com outros municípios por meio de consórcios.

## Temática 8

# MEIO AMBIENTE E SUSTENTABILIDADE

Em escala planetária, vivemos, já há muitas décadas um grave impasse que aparentemente coloca em choque a ideias de progresso e crise ambiental, com ameaça à própria existência humana. As décadas de 1980 e 1990, no Brasil, registraram-se mudanças significativas na abordagem da problemática ambiental, podendo ser sintetizadas na passagem das idéias gerais e reivindicações dos movimentos ecológicos, de ações e práticas isoladas de ONG's, de personalidades do mundo científico e intelectual e de entes públicos, para uma crescente tomada de consciência do problema e do início da formulação de políticas públicas mais institucionalizadas. Lembremos, aqui, o impulso decisivo representado pela realização da ECO-92, no Rio de Janeiro, que constrói o marco da Agenda 21 Global.

Aqui em Vitória da Conquista, nos períodos do governo participativo conseguimos iniciar um importante processo de construção de uma agenda de governo local para tratar do tema. Marco importante foi a implantação da Secretaria de Meio Ambiente, uma estrutura administrativa e institucional capaz de operacionalizar, de maneira sistêmica, as questões atinentes ao tema e, em seguida, muitas foram as iniciativas que conseguimos implementar, tais como a criação do Conselho do Meio Ambiente, a aprovação do Código Ambiental do Município, a elaboração da Agenda21, a municipalização parcial do processo de Licenciamentos Ambientais, a ampliação da área de preservação da Serra do Peri-Peri; a criação do CETAS, a criação de unidades e parque de conservação, inclusive como proteção de nascentes de microbacias; construção do aterro sanitário; adoção de programas de reciclagem de resíduos sólidos, com a constituição da cooperativa de catadores; desenvolvimento de programas de educação ambiental, inclusive com a promoção de eventos técnico-científicos e campanhas periódicas entre vários segmentos da sociedade; apoio à formação de comitê de bacias, etc.

Nos dias correntes torna-se imperativo retomar iniciativas inovadoras para avançar em medidas que possam ser cada vez mais eficazes, isto porque tanto a crise econômica mundial e a pandemia do Coronavírus trouxeram um amplo debate sobre a sustentabilidade dos modelos de desenvolvimento econômico e social em todo o mundo. No Brasil, desde que o grupo que ascendeu ao poder depois do golpe contra a Presidente Dilma, passamos a ser manchete internacional por conta dos desmandos do governo federal no trato da questão. Se o problema ambiental já era estrutural tornou-se mais grave ainda na atual conjuntura e a palavra de ordem é encontrar alternativas para atenuar as tendências que ameaçam o equilíbrio ecológico em todo o mundo. Neste contexto, mais do que nunca, o assunto meio ambiente, dada à sua complexidade, está colocado como uma pauta essencial para toda sociedade e de forma imperativa para os entes públicos.

Assim, reafirmamos o compromisso com um conjunto de projetos, programas e ações por meio dos quais continuaremos contribuindo para a preservação ambiental e a convivência mais harmoniosa entre o homem e natureza, nas condições locais e regionais, buscando parcerias com os municípios, governos Estaduais e Federal e sociedade civil para viabilizá-los.

Nesse sentido, tomaremos como referência para o programa de Governo, além da experiência acumulada, as políticas públicas orientadas pelas diretrizes federais e estaduais e pela Agenda 21, "A Conquista do Futuro", documento que explicita uma série de fundamentos para a construção de uma sociedade local mais sustentável, ao qual agregamos novas contribuições e perspectivas de muitos atores sociais e institucionais.

Em seus fundamentos genéricos, as políticas públicas devem apoiar modelos e práticas que ajudem a conservar o ar, a água, os minérios, a fauna e flora, e serem orientadas para transformações na sociedade, visando distribuição da renda, justiça social, o exercício da liberdade, o fortalecimento da democracia e a construção de uma nação soberana face ao mundo externo. É preciso se pensar em um modelo de sociedade no qual se possa combinar desenvolvimento com sustentabilidade. O uso racional dos meios produtivos com o convívio mais equilibrado com a natureza.

Também é indispensável a corresponsabilidade social e estaremos abertos para a participação de todas as pessoas na edificação de uma nova e melhor realidade vivenciada por todos. Os enunciados abaixo serão as nossas balizas programáticas.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 8

1. Incentivar e apoiar iniciativas de aplicação de tecnologias inovadoras no processo de produção agropecuária especialmente para:
  - Conservação do solo;
  - Produção agrícola equilibrada e sustentável;
2. Estimular e implementar programas de organização comunitária e de mobilização social para viabilizar projetos de economia colaborativa, sob princípios que vão além do associativismo, do cooperativismo e da economia popular, propiciando práticas de sustentabilidade ambiental, econômica e social de modo contínuo;
3. Criar programas sistemáticos e contínuos para incentivar e apoiar projetos e experiência de reflorestamento, arborização e recuperação de áreas degradadas;
4. Estimular, apoiar e promover meios para o desenvolvimento da economia colaborativa em suas diferentes etapas de produção e comercialização;



5. Instituir e implementar programas e atividades de educação ambiental em diferentes modalidades. Também:

- Firmar parcerias com ONG's e organismos intergovernamentais para ações compartilhadas;

6. Estimular, apoiar e promover institucionalmente intenso protagonismo da juventude nas questões sustentáveis e de meio ambiente;

7. Desenvolver programas e atividades para abordagem do tema "Mudanças Climáticas", envolvendo as diversas parcerias, especialmente com os organismos públicos e a sociedade civil organizada;

8. Manter e ampliar a cobertura do saneamento ambiental, compreendendo o Saneamento Básico (Abastecimento de água e esgotamento), a Drenagem e o Gerenciamento dos Resíduos Sólidos. Nessa linha:

- Implantar, gradativamente, a coleta seletiva de lixo doméstico;

9. Assegurar a segurança hídrica, estimulando e executando ações de recuperação e revitalização de nascentes e de corpos hídricos. Bem como:

- Contribuir para garantir e utilizar de forma racional, integrada e sustentável os recursos hídricos disponíveis;
- Colaborar e viabilizar meios de preservação dos recursos hídricos, mediante a constituição de comitês de bacias e ações de preservação das nascentes de micro bacias em nosso território;

10. Elaborar política de estímulo e apoio para o uso de energia solar fotovoltaica;

11. Incentivar o desenvolvimento de atividades econômicas sustentáveis e a geração dos empregos verdes estimulando a:

- Produção industrial sustentável;

12. Instituir o Observatório das mudanças climáticas em parceria com organismos públicos e prestações políticas dos poderes executivo e Legislativo, em seus três níveis.

## Temática 9

# DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

Os direitos humanos e o desenvolvimento social são concebidos como um conjunto de ações e programas executados, direta ou indiretamente, pelo poder público, em seus diversos níveis, e em parceria com a sociedade civil, visando à proteção de direitos e promoção de meios institucionais, materiais e assistenciais que garantam o acesso da população em situação de vulnerabilidade e de risco. Nessa acepção, todo o arcabouço das políticas de desenvolvimento social deve voltar-se para a defesa das populações historicamente marginalizadas, respeitando as suas particularidades de gênero, identidade, raça, etnia, geração, classe e orientação sexual, e institui possibilidades um conjunto de princípios que, quando aplicados, contribuem para a inclusão e proteção social.

Foi assim que, nos sucessivos governos participativos, o município implantou uma complexa estrutura de serviços e ações voltadas para a proteção e promoção de direitos sociais. As nossas administrações promoveram uma forte articulação institucional com as outras esferas de poder conseguiram dinamizar um conjunto de políticas voltadas para o desenvolvimento da cidadania e promoção da dignidade da pessoa humana. Inicialmente, por iniciativa e financiamento próprio, com o apoio de ONGs e de instituições públicas, foram implantados programas como o Conquista Criança, o Vivendo a Terceira Idade, a Rede de Atenção da Criança e do adolescente, Habitação Popular, e, em seguida, com as parecerias institucionais com o Estado e a União, especialmente, com a chegada do Governo Lula/Dilma, ampliamos a agenda para outras dimensões, como o Programa de Erradicação do Trabalho Infantil, ABB Comunidade, Juventude Cidadão e, após a vigência do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), foi consolidado um conjunto de organismos e de atividades que hoje conforma o nosso sistema municipal de Assistência Social, abrangendo a atenção básica e programas de alta e média complexidades.

Infelizmente, os cenários para a manutenção das políticas sociais inclusivas são desafiadores, face à ofensiva de discursos conservadores e retrocessos dos programas nessas áreas. A grave crise nos campos institucional, político, econômico e social ameaça conquistas históricas e programas bem sucedidos nas áreas da Assistência Social, da Educação, da Saúde e da Previdência, tornando vulneráveis imensos grupos da população brasileira, aumentando a pobreza, os preconceitos e violências, especialmente contra as camadas populares;

Em Vitória da Conquista, estamos acompanhando de perto os reflexos deste retrocesso das políticas públicas sobre as populações que deveriam estar, e, neste momento mais do que nunca, recebendo a proteção social conveniente. Ao contrário, estão abandonadas e restringidas ao

acesso a serviços e benefícios para a manutenção de condições de vida em padrões razoáveis. Por isso, mais do que nunca é fundamental reafirmamos o compromisso com ações e projetos de inclusão social, de combates às todas as formas de desigualdades, de geração de emprego e renda, de proteção de direitos e de distribuição de renda.

Nesse cenário, especial atenção deverá ser destinada à defesa dos Direitos Humanos, no horizonte de uma parceria com o Estado e a União, no qual se encontra o combate à violência, como um todo e, essencialmente, contra os jovens, incluindo aí medidas como a instalação da Case em nossa cidade.

De forma resumida, as ações futuras deverão se pautar nas diretrizes adiante especificadas.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 9

1. Aprimorar o controle social ouvindo a população e dando a ela visibilidade, fomentando a participação popular e criando mecanismos para tanto;
2. Apresentar soluções de enfrentamento para as perspectivas de aprofundamento do apartheid social a partir das consequências da pandemia e das políticas desastrosas do desmonte das práticas da assistência social e dos direitos humanos;
3. Reestruturar o Sistema Único da Assistência Social em Conquista, aprimorando os equipamentos, programas, projetos, serviços e benefícios da proteção social básica e proteção social especial;
4. Promover ações e programas articulados com outros eixos de atuação que têm contato com as populações atendidas pelos direitos humanos e pela assistência social, potencializando as capacidades de intervenção, ampliando e compartilhando informações, melhorando conjuntamente as ações desses eixos;
5. Retomar e dinamizar Programas de defesa e garantias de Direitos Humanos com o fortalecimento das estruturas de gestão;
6. Reestruturar, profissionalizar e fortalecer os conselhos municipais de gestão das políticas para as mulheres, população LGBTQIA+, juventude, pessoa idosa e da igualdade racial;
7. Criar programas e ações direcionadas para o combate ao racismo institucional, à violência doméstica, à violência contra a pessoa idosa, LGBTQIA+, genocídio da juventude negra e periférica, racismo religioso;

- 
8. Atualizar os planos de políticas municipais para mulheres, LGBTQIA+, juventude, pessoa idosa e igualdade racial;
  9. Instituir legalmente o Conselho e elaborar o Plano Municipal de Segurança e Defesa Social, conforme o preconizado na legislação federal;
  10. Articular e estabelecer termos de cooperação com diferentes instituições e organismos públicos e da sociedade civil com o objetivo de realizar estudos e desenvolver programas e atividades sobre a problemática dos direitos humanos e proteção social;
  11. Dinamizar os atuais e construir novos espaços para práticas esportivas e culturais para a juventude em bairros populares;
  12. Manter programas e ações continuadas para a juventude, fortalecendo a Coordenação e o Conselho Municipal da Juventude, e implementar demais diretrizes previstas no Estatuto da Juventude;
  13. Desenvolver programas e ações visando à conscientização e a educação sobre a temática dos direitos humanos.

## Temática 10

# ESPORTE E LAZER

Já em suas origens, o termo lazer remete a uma atividade humana lícita e permitida socialmente. Moderna e usualmente, se refere à liberdade dos indivíduos de disporem uma parcela de tempo de suas vidas, com diferentes intervalos cronológicos, para realizar atividades não obrigatórias, e que sejam prazerosas para quem as vivenciam. Também se insere no campo semântico de recreação no sentido de que esta é um momento do tempo pessoal ou coletivo destinado a um comportamento, atividades e fazeres que desenvolvam mecanismo de restauração, renovação, recuperação, de descanso, repouso, portanto, um tempo de não trabalho.

Alguns teóricos concebem o lazer como todas as atividades em que as pessoas as praticam livremente com o objetivo de entretenimento, de ação prazerosa, tanto recreativa quanto para buscar fazeres significativos de autoformação e de interação coletiva, sempre em contextos de auto-satisfação física, mental e psicossocial.

Portanto, o lazer será sempre um vasto campo de possibilidades, das quais necessariamente se incluem o universo do esporte, da cultura, do turismo, presentes no horizonte da sociedade e que os indivíduos buscam para ocupar o seu tempo disponível, de forma divertida, de convívio, de prazeres físicos, mentais e de bem estar, portanto como um meio de preservação da saúde individual e coletiva.

Com essa compreensão, não há dúvidas de que as práticas esportivas e de lazer, em uma perspectiva abrangente, mantêm certas similaridades com mundo da cultura, pois são comportamentos, atitudes, modos de vida social, e, simultaneamente atividades econômicas e mercados de serviços e bens simbólicos presentes em vários espaços sociais. Ou seja, praticar esportes e utilizar o tempo livre de forma espontânea e prazerosa são fenômenos que se processam de diversas formas e dependem de condições socioeconômicas, e das possibilidades e alternativas disponíveis para escolhas individuais e coletivas. São práticas que podem ser, ao mesmo tempo, difusas, costumeiras, planejadas, públicas, privadas, individuais, coletivas.

Elas se originam no âmago da sociedade, nos lugares sociais dos indivíduos que as praticam, pois estão inseridas e são dependentes das condições de vida e de possibilidade disponíveis para diferentes grupos sociais e disposição e escolhas individuais. Esporte e lazer são práticas sociais. Todavia não podemos deixar de ressaltar que, na grande maioria das sociedades modernas, organizadas pela lógica do mercado, inúmeras formas de lazer e recreação se tornaram produtos de consumo, de bens e serviços comerciais, que se compra e se vende em vários circuitos mercantis e fazem parte da vida e da economia da cidade. Como tudo no capitalismo são também

produtos disponíveis no mercado, faz gerar desigualdades no acesso por parte da população de possibilidades de lazer.

Por isso mesmo é de grande importância a participação do poder público na definição de diretrizes, planos e ações com o objetivo de estimular, apoiar, organizar, promover e criar diversos meios e estruturas para a prática de atividades de lazer.

No governo da cidade, nossa experiência foi extremamente exitosa na criação e promoção de condições que estimularam e propiciaram inúmeras atividades esportivas e de lazer.

Recuperamos, reformamos, readequamos, revitalizamos e construímos vários equipamentos e instalações para práticas esportivas, a exemplo da reforma e ampliação do Ginásio de Esportes Municipal, agregando-lhes pista de Skate; campos de futebol e a urbanização do seu entorno; construção do kartódromo; construções de quadras poliesportivas, na zona urbana e rural; reforma e recuperação das instalações dos Estádios Edvaldo Flores, que recebeu gramado sintético e nova iluminação, e do Lomantão, que teve seu gramado trocado e várias reformas e melhorias; promoção e apoio a torneios e campeonatos amadores e a adotados programas para o estímulo do esporte estudantil; foi construída Praça da Juventude e implantado o Centro de Artes e Esportes Unificados de Vitória da Conquista (CEU's), com diversos espaços para a arte e a prática de esportes. Deixamos, ainda, em 2016, inúmeras construções de quadras em andamento, além de projetos de atividades nas escolas.

Dessa forma, tanto do ponto de vista sociológico quanto prático, encaramos a temática do Esporte e Lazer como primordial para o desenvolvimento humano, assegurando o direito à prática de atividade física e manutenção de uma sociedade saudável, ativa e com acesso a bens relacionados ao movimento humano e às atividades de lazer. Em assim sendo, todos devem ter a oportunidade de dispor de políticas públicas acessíveis para o Esporte e Lazer na cidade.

As idéias a seguir tentam abarcar diretrizes que possam orientar a tomada de decisões para a formulação de uma política abrangente e focada nos diferentes ciclos de vida, nos diferentes extratos socioeconômicos, identitários e culturais que permeiam nossa cidade.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 10

1. As intervenções da gestão municipal se efetivarão de maneira intersetorializada, no conjunto dos programas e atividades de diferentes secretarias, que se incumbirá de ações específicas no cumprimento de suas atribuições e competências;
2. Vamos garantir o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, onde as escolas municipais terão um papel fundamental. Daremos

uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer;

3. Estimularemos momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas;

4. Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular.

## **“NOSSO PROGRAMA PARA ESPORTE E LAZER SERÁ IMPLEMENTADO CONFORME AS ORIENTAÇÕES E PRINCÍPIOS ABAIXO DESCRITOS”**

5. Elaborar um plano Municipal Articulado e Integrado de Esportes e Lazer e instituir instancias de participação social (Conselhos, Fóruns, Conferências, Plenárias);

6. Recuperar, manter, conservar e construir equipamentos e instalações físicas e Viabilizar Profissionais especializados para o desenvolvimento de programas e atividades. Neste sentido:

- Promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer;
- Construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público;
- Estabelecer o convívio com as comunidades e ativistas dos esportes nos ambientes e espaços do poder público;
- Capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias;

7. Desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas. Bem como:

- Implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência;
- Implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população realiza atividades;

8. Promover Eventos esportivos, implementando as seguintes diretrizes:

- Dialogar com as federações esportivas, visando a contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto;
- Fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos



bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade;

- Ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados;

9. Desenvolver sistematicamente os Esportes no ambiente escolar:

- Aprimorando as atividades de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania;
- Organizando jogos estudantis/escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas;

10. Implementar ações dos núcleos do NASF voltados para a preservação da saúde junto às unidades básicas de Saúde da Família;

11. Estabelecer programas permanentes em parceria com as organizações esportivas e sociais para otimizar a utilização e gestão dos equipamentos públicos, como Praças, a Praça da Juventude e o Centro Comunitário no Alto Maron, além de quadras poliesportivas e o Ginásio de Esportes Raul Ferraz, o Murilão e o Lomantão;

12. Em níveis mais operacionais os diversos organismos devem levar em consideração na programação de suas atividades:

- A valorização de manifestações, espaços e equipamentos específicos relacionados ao esporte e lazer com as necessidades e identidades locais;
- A promoção de uma cidade saudável, pautando-se na disponibilização de programas e ações que maximizem a participação de todos os ciclos de vida;
- As ações esportivas e de lazer que deem visibilidade às práticas da juventude;
- Fortalecer os Núcleos do NASF com a Secretaria de Saúde na perspectiva de promoção da saúde e da utilização da atividade física como prevenção primária para doenças e agravos;
- Instituir programas de esporte educacional no entorno das unidades escolares que dispuserem de instalações adequadas;
- Fomentar programas de esporte e lazer para adultos, jovens, idosos, crianças, mulheres, LGBT, quilombolas;
- Fomentar parcerias institucionais para revitalização e/ou criação de espaços de convivência e disseminação de atividades culturais e esportivas;
- Permitir que a população se aproprie dos espaços e equipamentos para a realização de atividades de esporte e lazer;
- Valorizar todas as manifestações do esporte (performance, participação e educação) em nossa sociedade, realizando e apoiando eventos esportivos de alto rendimento;
- Fomentar parceria com a Secretária de Educação no intuito de fortalecer o esporte escolar;
- Criação de espaços de visibilidade para a cultura afro-brasileira e de minorias em caráter de vulnerabilidade;

- 
- Integração das atividades oferecidas por educação, desenvolvimento social e cultura;
  - Debater a necessidade/possibilidade de criação de uma Lei Municipal de Incentivo ao Esporte e à Cultura;
  - Implantação do calendário de eventos esportivos do município, organizado em parcerias com escolas, academias, entidades do terceiro setor e organizações afins;
  - Realização da Corrida da Cidade, com categorias amador e profissional, visando o estímulo às práticas esportivas cotidianas na cidade;
  - Apoio ao futebol amador, da zona rural e urbana, bem como aos campeonatos inter-bairros e campeonatos da zona rural.

## Temática 11

# CULTURA E TURISMO

Para além das diversas expressões artísticas, como música, dança, teatro, artes plásticas, audiovisuais e literatura, a cultura deve ser compreendida numa perspectiva ampla nas diversas outras manifestações da existência humana, nas várias formas pelas quais as sociedades se organizam, funcionam e se reproduzem. Nessa concepção, a cultura deve ser pensada em múltiplas dimensões da vida coletiva e que se expressam nas crenças, nas práticas, nos fazeres materiais e simbólicos significativos para diferentes grupos sociais que compõem o conjunto das sociedades historicamente determinadas. Assim sendo, concebemos enquanto culturas, vivências e experiências sociais imersas na vida concreta e nas suas formas plurais de representações pelas quais as sociedades se auto-identificam.

Isto significa que as expressões, resultados dos costumes, contidas nas artes e também nos modos de fazer e nos conhecimentos transmitidos através de gerações devem ser frutos da espontaneidade dos grupos e indivíduos. Cabe aqui ao Poder Público oferecer condições para que estas ideias fluam, tenham visibilidade e sirvam de meio tanto para o autorreconhecimento quanto para a sua difusão e afirmação. Também é papel do Poder Público permitir a existência de um ambiente em que realizadores locais tenham acesso aos recursos e outras possibilidades para assegurar condições de inserção no mercado. Nas sociedades contemporâneas não se pode pensar a cultura sem considerar o seu enraizamento no conjunto das atividades econômicas e da sociabilidade humana, especialmente após o advento das revoluções tecnológicas que refizeram os significados, os conteúdos e as formas de expressão do que hoje concebemos como expressões culturais.

A cultura, vale salientar, também é uma atividade inserida na racionalidade do mercado. Muitas iniciativas e práticas culturais e artísticas ocorrem no mundo das relações econômicas privados e de interesse particular. Portanto, é necessário relativizarmos o papel do poder estatal no fomento da cultura, mas sem eximi-lo da responsabilidade de apoiar, estimular, organizar, patrocinar e ser também executor de diferentes modos do fazer cultural e artístico. A questão fundamental é saber identificar o que é possível e significativo para o poder público local realizar em benefício do conjunto da sociedade, especialmente, implementando ações que contribuam para a promoção de oportunidades de práticas, criação, difusão, fruição e acesso de bens culturais produzidos pelos diferentes grupos sociais.

Na perspectiva da gestão pública, a cultura e a arte devem ser sempre pensadas de forma plural, na diversidade, em suas múltiplas dimensões e todas elas enraizadas na vida nos diferentes grupos e camadas sociais, abarcando as condições materiais, os processos criativos e as formas de representações simbólicas da realidade. Assim sendo a cultura tem que ser pensada como



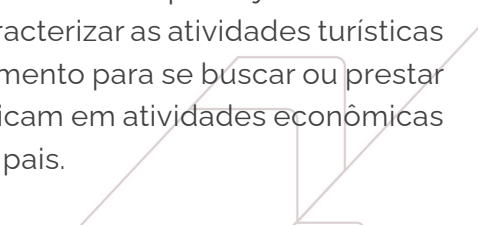
um valor econômico e simbólico, resultante de necessidades da existência humana e de suas expressões individuais e coletivas, conforme as escalas de valores praticadas e difundidas no interior dos diversos grupos que compõem o todo social. Dentro dessa visão o poder público deve, sim, ser um agente impulsionador e também promotor da cultura.

Tomando como referências essas premissas, as diretrizes programáticas deverão sinalizar para um conjunto de projetos, programas e atividades cujos desdobramentos dependerão de demandas concretas e ainda da imperiosa necessidade da interseccionalidade, da transversalidade e da intersetorialidade na definição de ações e dos lugares institucionais para sua efetivação. Nesse horizonte buscaremos um intenso esforço para estabelecer parcerias com os diversos agentes e instituições públicas e privadas para a realização de eventos e projetos relevantes nas diferentes áreas das manifestações artístico-culturais.

Durante nossos governos, criamos instrumentos importantes para a promoção da Cultura de modo sustentável criando condições para a fruição da nossa produção. Tanto do ponto de vista de eventos que agregam muitas pessoas e têm notável repercussão, como o Natal da Cidade, o São João, quando de equipamentos para sua realização e espaços de convívio e trocas de experiências como o Centro Glauber Rocha, a Praça da Juventude, a Praça CEU's e outros. Mas não apenas isto, criamos também mecanismos legais para permitir a visibilidade das expressões como a Conferência de Cultura, o Plano Municipal de Cultura, instrumentos que trouxeram para o centro da cena os próprios realizadores. Hoje podemos ver os primeiros resultados das mobilizações e da participação, que são os coletivos atuantes.

Caberá, portanto, ao Poder Público Municipal retomar este debate, assumir sua função de oferecer as condições para a valorização e visibilidade das nossas expressões, tanto as tradicionais quanto as novas, abrindo espaço para a voz dos realizadores, permitindo o fluxo das expressões e a formação de público e a constante capacitação dos agentes da Cultura. Para viabilizar este esforço, apresentamos algumas diretrizes como princípios orientadores das nossas ações.

Já no seu próprio conceito a expressão turismo tem um significado vago, elástico, podendo ser compreendida de várias formas nas quais se incluem inúmeras situações e atividades humanas. Em geral estão sempre associados a viagens, deslocamento, ao tour, ao sair de um lugar para ir para outros, conscientemente, em busca de algo para preencher lacunas necessidades e desejos de várias ordens. Quase sempre, o termo também está vinculado à procura de prazer, de satisfação interior, da utilização do tempo livre, do passeio, do lazer, do consumo de bens simbólicos, culturais ou naturais não trabalho, do repouso, do divertimento, embora isso nem sempre seja verdadeiro. Por isso, alguns analistas introduzem outras dimensões para se caracterizar as atividades turísticas noção de turismo, adicionando as situações de busca de deslocamento para se buscar ou prestar serviços temporariamente em outros lugares, processos que implicam em atividades econômicas e de outras dimensões da realidade de cada localidade, região e país.



Assim percebido, o turismo está profundamente imbricado nas diversas estruturas da sociedade e das mais diferentes circunstâncias que podem ou não favorecer a sua ocorrência. Daí se falar em turismo comercial, religioso, cultural, ecoturismo, histórico, gastronômico, festivo, recreativo, esportivo etc.

A partir dessa visão, pois, o estímulo ao turismo no nosso município estará contido em uma ampla agenda de projetos, programas e ações do conjunto do governo municipal e de tantas outras executadas em parceria com outras esferas governamentais e com agentes privados.

Assim percebido, o turismo está profundamente imbricado nas diversas estruturas da sociedade e das mais diferentes circunstâncias que podem ou não favorecer a sua ocorrência. Daí se falar em turismo comercial, religioso, cultural, ecoturismo, Histórico, gastronômico, festivo, recreativo, esportivo etc.

A partir dessa visão, pois, o estímulo ao turismo no nosso município estará contido em uma ampla agenda de projetos, programas e ações do conjunto do governo municipal e de tantas outras executadas em parceria com outras esferas governamentais e com agentes privados.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 11

1. Retomar as ações para ampliação dos espaços de conservação e manutenção da memória histórica do município, em suas várias dimensões, dando-lhe a função de estimular a afirmação de nossa identidade. É necessário instituímos um programa de reconhecimento do que poderemos conceber enquanto patrimônio histórico-cultural material e imaterial visando a sua identificação, registro e preservação. Nesse sentido é importante a:

- a) Requalificação do Arquivo Público Municipal – promovendo a sua gradativa informatização;
- b) Dinamização dos espaços e equipamentos públicos de Memória Municipal;
- c) Identificação e descrição, preservação de práticas culturais e monumentos expressivos do ponto de vista histórico;
- d) Criação do Museu Virtual da Memória Conquistense;

2. Fortalecer as diferentes formas de manifestação da Cultura Popular promovendo a sua identificação, registro, descrição e divulgando as suas práticas por meios virtuais;

3. Fortalecer e ampliar o apoio às múltiplas expressões artísticas e culturais, concebendo-as e inserindo-as nas estratégias de geração e circulação de trabalho, emprego, renda e receita. Isso deverá resultar:

- a) Na promoção de eventos de Economia Criativa;
- b) No Fortalecimento de Espaços Culturais Municipais e parcerias com espaços Estaduais;
- c) Na elaboração de Calendário de eventos e atividades artístico-culturais;

- Criação de Editais para acesso aos recursos do FMC direcionados às populações rurais tradicionais, com facilidades que permitam a adequação das mesmas;

4. Desenvolver programas e atividades de formação profissional nas áreas culturais e artísticas, estimulando a Economia Criativa, de modo a incluir jovens e mulheres em cursos de capacitação e atividades de empreendedorismo impulsionando a geração de emprego e renda. Nessa linha:

- Criação da Academia Virtual de Escritores Jovens;
- Apoiar e promover iniciativas de produção artístico-cultural com a implementação de Projetos e programas exclusivos para mulheres e comunidades tradicionais e Quilombolas;
- Implementar parcerias com entidades comunitárias e associações da sociedade civil de natureza artística para apoio e criação de plataformas e estúdios digitais para fomentar a produção e divulgação das diversas formas de expressões culturais;
- Desenvolver projetos e atividades na rede ensino em torno de temáticas histórico-culturais e de práticas artísticas em suas diversas formas de expressão;
- Fortalecer e ampliar as atividades do Conservatório Municipal e da Filarmônica da cidade;
- Estabelecer termos de parcerias e convênios com instituições culturais objetivando a formação técnico-profissional e realização de eventos diversos;

5. Fortalecimento e criação de instâncias para aprofundar a relação dos equipamentos e instituições culturais e a sociedade:

- Instituir formas e métodos de consultas e debates e proposições para a consolidação de programas e execução de atividades e ações nas áreas da cultura e lazer;
- Estabelecer relações de parcerias e apoios aos associativismos e cooperativismo de artistas e empreendedores culturais;
- Articular-se e firmar termos de cooperação com instituições Universitárias e de Ensino Superior para a realização de eventos de natureza cultural, artística e científica;

6. Promover de forma operacional permanente projetos e planos seguindo o princípio de interseccional na execução de atividades e ações de cultura e lazer;

7. Articular-se de forma permanente com órgãos e instituições governamentais, dos diferentes entes federativos, em âmbito regional, estadual e federal, inclusive com mandatos parlamentares, para viabilizar a captação de recursos e apoios para o desenvolvimento de projetos e ações na área da cultura;

8. Retomar e implementar os projetos dos espaços do Cine Madrigal, do Solar Franklin Ferraz/ Solar dos Fonseca's/ Casa da Cultura;

9. Estudar a viabilidade de retomada dos Projetos da Kaza Glauber e do Centro Cultural Banco do Nordeste;

10. Estabelecer um calendário de eventos municipal, com a manutenção de projetos exitosos, como: o Natal da Cidade, Forró Pé de Serra do Piripiri, Festival da Juventude, Mostra Cinema Conquista, Por Isso É Que Eu Canto e Carnaval Conquista Cultural;

11. Incentivar e apoiar eventos comemorativos de natureza cívico-religioso e identitário com significado e repercussão coletiva, respeitando a diversidade cultural, social e religiosa;

12. Estudar a viabilidade, apoiar e promover novos eventos com caráter turístico-econômico cultural, a exemplo de "Feira Gastronômica Sertaneja", "Festival de Ciência, Arte e Cultura"; "Encontros e Congressos de Tecnologia Digital"; ampliação do "Carnaval Conquista Cultural", incentivando a participação de atores sociais na sua organização. Para isso:

- Implementar uma política contínua de formação audiovisual e cineclubista nas escolas municipais, em parceria com a secretaria municipal de educação, com cursos de formação voltados para a leitura da imagem, histórias do cinema mundial, brasileiro e outras linguagens videográficas e midiáticas;

- Revitalizar os espaços culturais do Centro Glauber Rocha; revitalização do teatro municipal Carlos de Carvalho, dando-lhe novas configurações físicas e programáticas;

- Revitalização do memorial Régis Pacheco com estabelecimento de programação permanente;

- Incentivo à produção cultural de mulheres e articulação para a inserção da temática de gênero em mostras audiovisuais e seminários de expressões artísticas e culturais;

- Fomento ao artesanato e apoio aos grupos produtivos de mulheres rurais e quilombolas;

- Festival da Juventude: retomar, fortalecer e ampliar a participação da juventude na realização anual do evento, combinando espaços para a produção cultural local com artistas de renome nacional, realização de oficinas, debates, rodas de conversas e atividades autogestionadas;

13. Elaborar o Plano Municipal de Turismo e organizar calendário de comemorações cívicas, religiosas, culturais e de eventos identitários, celebrativos, esportivos e de lazer, incluindo:

- Carnaval Cultural, Exposição Agropecuária, Festas Juninas, Festa da Padroeira, Festival de Inverno Bahia, Festival da Juventude, Aniversário da Cidade, Semana da Cultura Evangélica, Semana Espírita, Natal da Cidade;

- Eventos científicos, de negócios, esportivos, feiras, festas comemorativas e festejos populares;

- Identificar e buscar soluções para as necessidades de infraestrutura e expansão da atividade turística, incluindo o debate sobre a viabilidade de construção de equipamento público para tal finalidade;



## Temática 12

# PROJETOS E AÇÕES ESTRATÉGICAS

A ação do gestor público municipal não se esgota nas funções e competências inscritas na ordem jurídica formal do poder público municipal. Pela Natureza do pacto federativo e pelas formas legais de execução das políticas públicas, além das matérias concorrentes e executadas em colaboração de compartilhamento de financiamentos, a exemplo da saúde e educação, muitas são outras possibilidades de a união e o estado se fazerem presentes com obras e serviços nos municípios. E isso decorre tanto pela presença de instituições federais e estaduais que atuam no território regional e municipal, quanto pelo dispositivo de investimentos voluntários e ainda pela possibilidade de emendas parlamentares alocadas para as prefeituras ou também para a localidade, mas de responsabilidade de execução por parte da própria União e Estados.

Ou seja, o gestor deve buscar parcerias e articular apoios institucionais para viabilizar os incrementos de obras e serviços com recursos e participações de entes supranacionais, especialmente para desenvolver projetos cujo interesse e repercussão extrapolam os limites do local.

Ainda que estejamos experimentando uma conjuntura nacional marcada por uma acentuada situação de crise econômica e de instabilidade política, e por isso deixe entrever um cenário, de curto prazo, de restrições orçamentárias e limitadas possibilidades de investimentos públicos, não podemos deixar de esboçar um conjunto de projetos estratégicos que possibilitarão à cidade manter e ainda aumentar o seu ritmo de desenvolvimento econômico, social e cultural. Isto porque, muitos desses projetos a seguir listados, poderão ser executados com diferentes fontes de financiamentos, incluindo a parceria com empreendedores privados.

As ações e Projetos estratégicos são concebidos como uma atitude, uma orientação de buscar de soluções para problemas atuais, mas que são antecipatórias de problemas futuros mais agudos. Evidentemente, muitas das propostas abaixo, embora necessárias e importantes para a continuidade do desenvolvimento socioeconômico do município, dependerão dos cenários que se desdobrem da conjuntura atual. Já outras, são comportamentos proativos para se planejar e viabilizar projetos de construção do futuro.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 12

1. Conclusão das obras de mobilidade, especialmente da Avenida Perimetral e a recuperação da pavimentação de outras vias de transporte coletivo;
2. Requalificação do atual ou construção de um novo Terminal Rodoviário Interestadual e

Intermunicipal de Linhas Concessionárias do Estado e da União;

3. Construção, em parceria com o estado e empreendedores, de um Centro de Comercialização e distribuição de Produtos agropecuários da agricultura familiar;

4. Ampliação das parcerias e ações com os entes e órgãos estatais, especialmente com o Governo do Estado, focadas no desenvolvimento de Projetos, Programas e atividades de prevenção e combate à violência, contribuindo para fortalecer a segurança Pública com ênfase na proteção e inclusão social;

- Nesse contexto, realizaremos estudos e elaboraremos o Plano municipal de segurança Pública e instituiremos o Conselho Municipal de Segurança, em conformidade com a Lei Federal em vigor;

- Colocar em prática o funcionamento da Guarda Municipal, conformando uma estrutura organizacional, de acordo com o previsto na Lei nº 13.022 de 2014;

5. Articular esforços e fazer gestões junto aos Governos Estadual e Federal para agilizar o início da duplicação da BR 116, especialmente nos trechos entre a divisa de Minas Gerais e Jequié;

6. Construção de viadutos ou outras soluções de engenharia nas rotatórias das intercessões das vias urbanas com as BA's que atravessam a cidade no sentido de Barra do Choça, Itambé e Anagé;

7. Duplicação das avenidas localizadas nas saídas das e entradas da cidade, interligando com as BA's 415 (VCAxIlhéus) 265 (Barra do Choça) e 262 (Anagé);

8. Realizar tratativas com o Governo do estado para viabilizar a cessão de terrenos e áreas urbanas para o município: o terreno da antiga estação de tratamento; a área da antiga Estação de Monta (A COOPMAC), entre outras;

9. Realizar gestões junto a órgãos federais para a transferência do terreno do antigo Aeroporto Otacílio Figueiredo para o domínio da Prefeitura;

10. Articular e estabelecer parcerias com as Prefeituras da Região com vista a realização de projetos por meio de consórcios;

11. Articular com o Governo do Estado a construção de uma nova rodoviária com a função de recepção e organização do transporte intermunicipal e interestadual;

12. Buscar apoio financiamento junto ao governo do estado e a parlamentares para obras de maior magnitude financeira;

13. Estudo de viabilidade e execução de projeto de videomonitoramento de logradouros e



equipamentos públicos;

14. Propor legislação e normas para viabilização de ampla legalização fundiária de propriedades habitacionais urbanas;

15. Acompanhar o projeto de Construção da Barragem do Catolé; Acompanhar a viabilização do Projeto da Barragem do Rio Pardo;

16. Gestões para implantação de telefonia móvel nos distritos;

17. Articular junto ao estado e a implantação de melhorias nas estradas vicinais que ligam as sedes dos distritos às rodovias coletoras, com a pavimentação de trechos de maior intensidade demográfica;

18. Elaborar estudos e projeto para viabilizar, em parceria com o Governo do Estado e/ empreendedores privados, a construção de equipamento para a realização de eventos diversos, com características de centro de convenções.

## Temática 13

# TRANSPORTE PÚBLICO E MOBILIDADE

Nas gestões do PT realizamos grandes transformações no município, entre as quais aquelas relativas à infraestrutura e mobilidade urbana, saneamento, limpeza e serviços públicos em geral.

Em relação à mobilidade urbana, com ênfase no transporte coletivo, promovemos, a partir de estudos metódicos e referenciados em indicadores socioeconômicos e na legislação em vigor, uma verdadeira revolução. Saímos de um contexto desqualificado e juridicamente inseguro e sem segurança jurídica, para um ambiente extremamente regulado e planejado objetivando garantir qualidade e ampliação da mobilidade das pessoas, principalmente da população mais pobre.

Lamentavelmente, depois de mais de 15 anos de progressivas melhorias, o município se viu mergulhado em um apagão, em um buraco negro no sentido da física quântica, quando a força de expansão se esgota, e quem ia para frente, volta para o mesmo lugar de antes e perde o brilho.

Mas a cidade continua em movimento. Velhos e novos problemas precisam ser enfrentados com as lentes abertas para o futuro. O momento atual, de crise, nos impõe a busca de alternativas e criatividade para viabilizar soluções justas e sustentáveis que podem estar no planejamento da cidade; nas prioridades de investimentos; na consciência coletiva; no nosso caminhar, no pedal da bicicleta, no passeio construído corretamente, nas vias bem sinalizadas, na obediência às cores dos sinais. Enfim, o Transporte Público, como parte da mobilidade humana, urbana e rural, depende de como nós organizamos a sociedade. E para melhor contribuir para uma qualidade de vida no nosso município, propomos.

## PROPOSTAS E DIRETRIZES PARA A TEMÁTICA 13

1. A primeira ação será retomar a Gestão Municipal da Mobilidade Urbana, perdida nos últimos quatro anos. Para tanto, será preciso fazer um rigoroso levantamento e diagnóstico da situação atual e elaborar um efetivo planejamento com soluções de curto e médio prazo;
2. Planejar a cidade para equacionar os conflitos entre os modais, prevendo o deslocamento seguro por meios não motorizados, a adequação e uso das calçadas e o uso da via pública;
3. Elaborar o Plano Municipal de Mobilidade Urbana, de forma participativa, incluindo as sedes



dos distritos e povoados com maior densidade populacional;

4. Regular o Sistema de Transporte Complementar (Alimentador) priorizando investimentos no sistema viário, criando formas de incentivar a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado. Para tanto, será necessária a implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, otimizando a locomoção dos veículos com redução do tempo de viagem e da poluição atmosférica;

5. Reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, adotando tecnologia verde, com redução de emissões e promovendo eficiência energética, estimulando e adotando tecnologias que reduzam as emissões de poluentes, incluindo a redução da poluição sonora

6. Eficientizar a Integração Tarifária, de forma a proporcionar melhores condições de deslocamento e a desoneração para os moradores das regiões periféricas;

7. Racionalizar custos dos transportes de forma a criar uma política tarifária com condições para a prática de tarifas módicas e ampliação das gratuidades por meio de fontes de recursos que não onerem os usuários, entre eles os moradores de locais mais periféricos;

8. Incluir especificamente no Plano de Mobilidade Urbana o transporte de cargas, o plano cicloviário e o de circulação de pedestres;

9. Estimular a implantação generalizada de ciclovias e ciclofaixas, interligando-as sempre que for possível, facilitando as viagens de ciclistas;

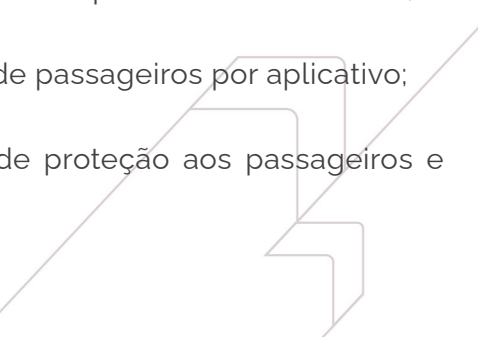
10. Adequar as calçadas e dotá-las de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas, com implantação de faixas em todos os cruzamentos e tempo de fechamento de semáforos suficiente para o pedestre cruzar a via com tranquilidade e segurança;

11. Implantar medidas de trânsito seguro, desenvolvendo estudos e identificando soluções de segurança e fluidez do trânsito, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número de acidentes e vítimas do trânsito (mortos e feridos);

12. Estudar a política tarifária, visando criar condições de operar com tarifas módicas, ampliando as gratuidades, necessariamente subsidiadas por recursos fiscais e não pelos demais usuários;

13. Estudar e normatizar, no que couber, o sistema de transporte de passageiros por aplicativo;

14. Incorporar tecnologias em todo o sistema de transporte e de proteção aos passageiros e pedestres;



15. Modernizar o sistema de atendimento por táxi;

16. Integrar os órgãos institucionais municipais às políticas e gestão do uso do solo, circulação viária e transporte público;

17. Reformular e reorganizar o Conselho Municipal de Mobilidade Urbana, criando condições para que seja ainda mais participativo auxiliando à Gestão Municipal nas áreas de trânsito e de transporte.